SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
DEPARTAMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
SETOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC BLUMENAU

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2010-2014

Outubro, 2011

CONSELHO SENAC - SC

TITULAR	SUPLENTE
Bruno Breithaupt Grupo Varejista	*Moacir Fedalto de Paula e Silva* Grupo Varejista
Egon Ewald Grupo Varejista	Rui Tadeu Veiga Grupo Varejista
Bruno Breithaupt Grupo Atacadista	*Jayme Scherer* Grupo Atacadista
José Sérgio Burigo Grupo Atacadista	*Otto Robert Lessing* Grupo Atacadista
Francisco Gomes de Oliveira Grupo de Agentes Autônomos	*Silas Agenor da Silva* Grupo de Agentes Autônomos
Flávio Flores Lopes Grupo de Agentes Autônomos	*Ruy Nuernberg* Grupo de Agentes Autônomos
Antonio José Moreira Grupo Turismo/Hospitalidade	*Luiz Alfredo Werka* Grupo Turismo/Hospitalidade
Fernando Amorim Willrich Grupo Turismo/Hospitalidade	*Rogério Isnar Patrício* Grupo Turismo/Hospitalidade
Henrique Isleb Federação Nacional de Comércio Varejista de Combustível e Lubrificante	*Luiz Antônio Amim* Federação Nacional de Comércio Varejista de Combustível e Lubrificante
Rudney Raulino Departamento Regional do SENAC Santa Catarina	*Francisco Eugênio Pereira* Departamento Regional do SENAC Santa Catarina
Francisco Alano Federação dos Trabalhadores do Comércio em Santa Catarina	*Ivo Castanheira* Federação dos Trabalhadores do Comércio em Santa Catarina
Sidne Henrique Budka Ministério do Trabalho e Emprego	*Adelmo Gomes dos Santos Miranda* Ministério do Trabalho e Emprego
Eliane Luiza Scmidt Ministério da Previdência Social	*Magda Machado de Castro* Ministério da Previdência Social
Consuelo Aparecida Sielski Santos Ministério da Educação	*Regina Rogério* Ministério da Educação

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SENAC – SC – MANTENEDORA

Rudney Raulino
Direção Regional

Max Roque Kincezski
Divisão de Recursos Humanos

Benício Rebelo
Auditoria

Onildo José Matos
Auditoria

Juarez Frassetto
Divisão Administrativa

Francisco Eugênio Pereira
Divisão Financeira

Luciano Caminha
Divisão de Relações com o Mercado

Ivan Luiz Ecco
Divisão de Educação Profissional

Ana Elisa Cassal
Coordenação Ensino Superior

FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC BLUMENAU – MANTIDA

Elita Grosch Maba
Direção

Christiane Fabíola Momm
Coordenação Núcleo de Educação Superior

Cleber de Carvalho Guerra
Coordenação Núcleo de Educação Básica

Paulo Wienhage
Coordenação Núcleo Administrativo-financeiro

Joseane Fonseca Ribeiro
Coordenação Núcleo Relações com o Mercado

Data	Versão
Março / 2008	1ª.
Agosto /2009	2ª.
Outubro /2011	3ª

SUMÁRIO

1 PERFIL INSTITUCIONAL 6

1.1 MISSÃO 6
1.2 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO 6
1.3 OBJETIVOS E METAS DA INSTITUIÇÃO 15
1.3.1 Descrição dos objetivos e quantificação das metas 15
1.4 ÁREA (S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA 20

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL 21

2.1 INSERÇÃO REGIONAL 21
2.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DO SENAC/SC 22
2.3 POLÍTICAS DE ENSINO 26
2.4 POLÍTICAS DE PESQUISA 28
2.5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO 29
2.6 POLÍTICAS DE GESTÃO 30
2.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO 31

3 IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA 34

3.1 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI 34
3.1.1 Tabela I - Programação de abertura de Cursos de Graduação 34
3.1.2 Tabela II - Programação de abertura de cursos de Pós-graduação (Lato Sensu) 34
3.1.3 - Tabela V - Programação de aumento de vagas para cursos reconhecidos 35
3.1.4 - Tabela VI - Programação de remanejamento de vagas e/ou criação de novo turno 36
3.1.5 - Programação de Programas de Pesquisa 36
3.2 PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS, ESTABELECENDO OS CRITÉRIOS GERAIS PARA A DEFINIÇÃO DE: 37
3.2.1 Perfil do egresso 37
3.2.2 Seleção de Conteúdos 38
3.2.3 Princípios Metodológicos 39
3.2.4 Processo de Avaliação 42
3.2.5. Atividade prática profissional, complementares e de estágio 46
3.3 INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO À FLEXIBILIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS 48
3.4 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS 49
3.5 AVANÇOS TECNOLÓGICOS 50

4 CORPO DOCENTE 54

4.1 REQUISITOS DE TITULAÇÃO 54
4.2 EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA 54
4.3 OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO 55
4.4 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO 56
4.5 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DOS DOCENTES DO QUADRO 60
4.6 TABELA IX - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE, CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI . 61

5. CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO 62

5.1 OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO 62
5.1.1 Os Perfis Funcionais 63
5.1.2 Avaliação de Funções 64
5.2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO 65

5.2.1 Políticas de Qualificação *65*
5.2.2 Plano de Carreira *67*
5.2.3 Regime de Trabalho *72*
5.3 TABELA X - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO, CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI: 73

6. CORPO DISCENTE 74

6.1 FORMAS DE ACESSO 74
6.2 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO 74
6.2.1 Políticas de Atendimento Pedagógico ao Discente *74*
6.2.2 Apoio Financeiro *76*
6.3 Estímulos à Permanência - Programa de Nivelamento e Atendimento Psicopedagógico *79*
6.4 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL 80
6.5 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS 81

7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 83

7.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO 83
7.2 ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO 88
7.3 - ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO 89
7.4 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS 92
7.5 - AUTONOMIA DAS FACULDADES EM RELAÇÃO À MANTENEDORA 93
7.6 - RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS 94

8 AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 95

8.1 - METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO 95
8.2 A INCORPORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE MELHORIAS NO PLANEJAMENTO DA FACULDADE 98
8.3 AS DIMENSÕES DA AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 99
8.4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA, INCLUINDO A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA, EM CONFORMIDADE COM O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES 102

9 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS 105

9.1 TABELA XI - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA 105
9.2 - INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA 106
9.2.1 – Tabela XII - Laboratórios de Informática *106*
9.2.2 – Tabela XIII - Laboratórios específicos *106*
9.2.3 Relação equipamento/aluno/curso *109*
9.2.4 - Inovações tecnológicas significativas *109*
9.2.5 - Biblioteca *110*
9.2.5.1 - Tabela XIV - Acervo por área do conhecimento 110
9.2.5.2 Formas de atualização e expansão do acervo 110

10 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA 112

11 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 113

11.1 PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO (ANEXO MODELO TABELA XV) 113

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 MISSÃO

A missão e os valores são compromissos essenciais e permanentes do Senac-SC, definidos de acordo com a natureza do trabalho da instituição

a) Missão

Promover educação e disseminação do conhecimento com excelência para o desenvolvimento das pessoas, organizações e sociedade, alinhada com as necessidades do setor do comércio de bens, serviços e turismo.

b) Declaração de valores

- Compromisso com a Aprendizagem,
- Respeito às Pessoas,
- Integridade e
- Inovação.

1.2 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Em âmbito nacional, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, criado em 10 de janeiro de 1946, é uma organização de ensino, de Direito Privado, sem fins lucrativos, administrada pela Confederação Nacional do Comércio. Oferece serviços de educação profissional e tecnológica em todo território nacional, pelo Decreto-lei Nº. 8.621/46.

O Senac tem marcante atuação em todas as Unidades da Federação e é reconhecido pela sua competência, seriedade e compromisso com a educação profissional e tecnológica. A sua credibilidade está pautada na sua proposta pedagógica e nos seus princípios metodológicos e no seu compromisso com a aprendizagem dos alunos.

O Senac-SC, fundado em 1947, embora sujeito às diretrizes e normas gerais prescritas pelos órgãos nacionais, bem como à correção e fiscalização inerentes a

estes, é autônomo no que se refere à administração de seus serviços, à gestão dos seus recursos, ao regime de trabalho e às relações empregatícias. Presta serviços a todos os municípios do Estado de acordo com os pólos e instalações das Unidades Operativas e da Administração Regional e forma e /ou capacita anualmente mais de 30 mil alunos, desenvolvendo ações educacionais no segmento de comércio de bens e serviços, desde a formação inicial e continuada, aos cursos técnicos de nível médio e educação superior. A Figura 1 mostra a abrangência territorial do Senac/SC.

Figura 1: Área geográfica de atuação do Senac de Santa Catarina.

A estrutura organizacional do Senac/SC compreende:

a) A Administração Regional do Estado de Santa Catarina, Instituição Mantenedora das Faculdades Senac-SC está localizada em Florianópolis à Rua Felipe Schmidt, 785, 6º e 7º andares – Centro – Fpolis – SC, CEP 88.010-002. Tem como órgão executivo O Departamento Regional (DR), com jurisdição em todo o Estado de Santa Catarina a quem compete:

- Executar as medidas necessárias à observância das diretrizes gerais da ação do Senac na Administração Regional/Mantenedora;
- Elaborar e propor ao Conselho Regional (CR), o seu programa de trabalho, ouvindo, previamente, quanto aos aspectos técnicos, o Departamento Nacional (DN);

- Ministrar assistência ao Conselho Regional submetendo a proposta orçamentária, as propostas de retificação dos orçamentos, a prestação de contas e o relatório da Administração Regional/Mantenedora.

A Mantenedora é integrada ao Departamento Regional, cabendo a ela as ações de desenvolvimento, gestão e fomento, se responsabilizando pela elaboração de orientações em nível macro e pelo acompanhamento da gestão dos cursos superiores, promovendo a articulação das atividades com organizações científicas, tecnológicas, e de ensino para intercâmbio, troca de experiências e inovações tecnológicas.

b) As Faculdades de Tecnologia Senac, em funcionamento desde 2002, oferecem cursos nos níveis de ensino formação básica e continuada, cursos técnicos de nível médio e educação superior. Na educação superior destacam-se os cursos superiores de tecnologia e pós-graduação *lato sensu*. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são oferecidos na modalidade presencial e na modalidade à distância, estes últimos, credenciados pelo Departamento Nacional do Senac são oferecidos por meio da Rede Senac Nacional. São ofertados, ainda, outros cursos em parceria com outras instituições de ensino, como Fundação Getúlio Vargas – FGV. O Senac-SC conta, atualmente, com sete Faculdades de Tecnologia credenciadas e autorizadas pelo Ministério da Educação: Faculdade de Tecnologia Senac Florianópolis, Faculdade de Tecnologia Senac Chapecó, Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau, Faculdade de Tecnologia Senac Tubarão, Faculdade de Tecnologia Senac de Jaraguá do Sul, Faculdade de Tecnologia Senac São Miguel do Oeste e Faculdade de Tecnologia Senac Caçador. Duas Unidades Operativas estão em processo de credenciamento nos municípios de Criciúma e Concórdia.

c) Os Centros de Educação Profissional oferecem programas e cursos de formação inicial e continuada e ensino técnico de nível médio. Executam cursos de pós-graduação *lato sensu* em parceria com a FGV ou outras instituições de ensino. Podem também oferecer cursos de pós-graduação a distância em ambiente virtual de aprendizagem, por meio da Rede Senac Nacional.

d) Os Centros Especializados respondem tecnicamente pela coordenação de ações e projetos de caráter estadual em sua área de atuação. São responsáveis pela formatação e incubação de produtos e serviços de sua área de abrangência.

Disponibilizam os produtos desenvolvidos e incubados às Unidades Operativas para execução, oferecendo acompanhamento técnico. O Centro Especializado Senac Tecnologia da Informação, de referência tecnológica, oferece suporte diversificado e uma combinação de tecnologias de informação; o Senac EaD é responsável pela produção e acompanhamento de cursos na modalidade a distância, incluindo os 20% de disciplina a ser oferecidos nos cursos Superiores de Tecnologia; e o Senac Bistrô Johannastift é um restaurante escola com um amplo elenco de atuações na arte da gastronomia.

e) Os Postos Avançados possuem suas próprias instalações, mas são administrados pelos Centros de Formação Profissional mais próximos geograficamente: o Posto Avançado de Canoinhas tem sua administração centralizada ao Centro de Formação Profissional de São Bento do Sul, o Posto Avançado de Balneário Camboriu é administrado por Itajaí e o Posto Avançado de Porto União é administrado por Caçador.

f) As Unidades Móveis, atuando nos municípios e localidades onde não há uma Unidade do Senac/SC, são administradas pelo Departamento Regional possibilitando atender a demanda de alunos nos cursos.

Seguindo a filosofia da instituição adotada nacionalmente, a Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau objetiva formar profissionais com uma visão mais ampla que os limites de sua ocupação, capazes de interagir com o mercado e acompanhar as suas inovações técnicas e tecnológicas.

A exemplo do que já acontece nos países Europeus e nos Estados Unidos, onde de 60 a 70% do mercado é dominado pelos cursos superiores de tecnologia, a Faculdade Senac Blumenau vê uma oportunidade promissora nesse segmento, uma vez que a oferta dos tecnólogos no Brasil, até o momento, fica em torno apenas de 10% deste mercado. Desta forma, pretendemos ampliar a oferta de cursos nas áreas de gastronomia e gestão/comércio, preenchendo uma lacuna existente no mercado, focando principalmente nos cursos tecnológicos que têm como especificidade a prática aliada a aulas focadas na educação profissional.

"O crescimento de cursos de formação específica e tecnológicos nas faculdades do país tem cativado um número bastante significativo de adeptos que, por gosto, por realização pessoal ou por exigência profissional, recorrem às várias universidades e faculdades que dispõe desses cursos no mercado. Durante várias décadas, o curso superior tradicional dominava a oferta de mercado, mas nos

últimos anos a procura pelos cursos de graduação tecnológica marcou uma nova tendência nas instituições de ensino brasileiras" . Fonte: Texto Pare de Perder Clientes – extraído da revista Mercado – escrito por Cibele Gandolpho, 2006.

Outro fator relevante é a exigência do mercado por profissionais qualificados e em constante aperfeiçoamento profissional, melhorando dessa forma sua qualificação e desempenho.

Além desses, deve-se considerar também o perfil da cidade de Blumenau que vem num crescimento constante, principalmente pela geração de empregos formais. Blumenau é a terceira cidade no estado em termos de população com 301.000 habitantes. Somando estes, a região de atuação do SENAC Blumenau, o número sobe para 511.000 habitantes. O Município está se destacando em primeiro lugar na geração de empregos formais, com incremento de 11.790 empregos no período janeiro de 2005 a agosto de 2006. Em janeiro de 2007 Blumenau gerou 774 novas vagas sendo colocada em quinto lugar no estado na geração de empregos.

Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional – Furb (WWW.furb.br/observatório).

Ao observar os dados obtidos através do Ministério do Trabalho, referente ao número de empresas por porte no município de Blumenau, percebe-se a real necessidade de profissionais qualificados para a atuação no mercado local.

Quadro 1a - Apresenta o número de empresas por porte no município de Blumenau, dados de 2006.

5.5.06 - 1 a Seções de atividade econômica - Número de estabelecimentos por porte - 2006

Seções de atividades econômicas	Número de estabelecimentos por número de empregados					
	Zero	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99
Agricultura, pecuária	45	22	4	2	1	1
Pesca	6	1	-	1	-	-
Industrias extrativas	10	3	4	-	-	-
Indústria transformação	1.585	765	449	306	177	76
Eletricidade, gás e água	6	-	-	-	-	-
Construção	340	147	52	41	28	7
Comércio, reparações	5.020	2.108	628	269	125	25
Alojamento e alimentação	695	240	109	58	22	7
Transporte, comunicações	349	160	54	43	38	14
Intermediação financeira	232	62	41	32	19	8
Serviços às empresas	2.821	767	177	78	54	16
Administracao pública	22	1	3	1	3	2
Educação	136	29	27	15	13	5
Saúde e serviços sociais	257	372	32	18	18	5
Outros serviços coletivos	923	225	75	39	18	7

Serviços domésticos	6	32	-	1	-	-
Organismos internacionais	-	1	-	-	-	-
Nao informado	-	-	-	-	-	-
Ignorado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**12.453**	**4.935**	**1.655**	**904**	**516**	**173**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS
Elaboração: FURB/IPS/SIGAD.

Quadro 1b - Apresenta o número de empresas por porte no município de Blumenau, dados de 2006.

5.5.06 - 1 b Seções de atividade econômica - Número de estabelecimentos por porte - 2006

Continuação

Seções de Atividades Econômicas	Número de estabelecimentos por porte				
	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou +	TOTAL
Agricultura, pecuária	-	-	-	-	75
Pesca	-	-	-	-	8
Industrias extrativas	-	-	-	-	17
Indústria transformação	42	9	5	6	3.420
Eletricidade, gás e água	-	1	-	-	7
Construção	1	-	1	-	617
Comércio, reparações	6	4	-	-	8.185
Alojamento e alimentação	1	-	1	-	1.133
Transporte, comunicações	3	1	1	-	663
Intermediação financeira	3	-	-	-	397
Serviços às empresas	12	5	1	-	3.931
Administração pública	-	2	-	1	35
Educação	4	1	-	1	231
Saúde e serviços sociais	1	-	3	-	706
Outros serviços coletivos	2	1	-	-	1.290
Serviços domésticos	-	-	-	-	39
Organismos internacionais	-	-	-	-	1
Não informado	-	-	-	-	-
Ignorado	-	-	-	-	-
TOTAL	**75**	**24**	**12**	**8**	**20.755**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS

Conforme dados dos Quadros 2a e 2b, constata-se que existem 104 507 vínculos empregatícios (nas atividades econômicas pesquisadas) registrados em 2006 pelo Ministério do Trabalho e Emprego na cidade de Blumenau. Desta forma, confirma-se a necessidade da oferta de qualificação profissional e tecnológica, preparando a comunidade para a atuação no mercado de trabalho, atendendo as exigências das empresas locais.

5.5.06 - 2 a Seções de atividade econômica – Número de empregados por porte - 2006

Seções de atividades econômicas	Número de empregados por porte				
	Até 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99
Agricultura, pecuaria	35	23	28	37	54
Pesca	1	-	10	-	-
Industrias extrativas	4	24	-	-	-
Indústria transformação	1.752	2.942	4.214	5.088	5.318
Eletricidade, gás e água	-	-	-	-	-
Construção	316	330	575	792	477
Comércio, reparações	4.211	4.072	3.601	3.648	1.715
Alojamento e alimentação	516	711	784	589	465
Transporte, comunicações	328	357	567	1.163	947
Intermediação financeira	121	284	431	567	533
Serviços às empresas	1.400	1.157	1.069	1.562	1.148
Administracao pública	1	21	15	93	137
Educação	55	173	214	448	332
Saúde e serviços sociais	558	213	220	529	272
Outros serviços coletivos	460	476	515	532	456
Serviços domésticos	36	-	11	-	-
Organismos internacionais	2	-	-	-	-
Nao informado	-	-	-	-	-
Ignorado	-	-	-	-	-
TOTAL	**9.796**	**10.783**	**12.254**	**15.048**	**11.854**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS

Quadro 2b - Apresenta as empresas e respectivo número de empregados no município de Blumenau, dados de 2006

5.5.06 - 2 b Seções de atividade econômica - Número de empregos por porte - 2006

Continuação

Seções de atividades econômicas	Número de empregados por porte				
	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou +	TOTAL
Agricultura, pecuaria	-	-	-	-	177
Pesca	-	-	-	-	11
Industrias extrativas	-	-	-	-	28
Indústria transformação	7.005	2.837	3.138	10.304	42.598
Eletricidade, gás e água	-	322	-	-	322
Construção	110	-	721	-	3.321
Comércio, reparações	918	1.545	-	-	19.710
Alojamento e alimentação	196	-	544	-	3.805
Transporte, comunicações	403	280	804	-	4.849
Intermediação financeira	414	-	-	-	2.350

Serviços às empresas	1.683	1.840	628	-	10.487
Administracao pública	-	643	-	5.440	6.350
Educação	672	272	-	1.410	3.576
Saúde e serviços sociais	158	-	1.891	-	3.841
Outros serviços coletivos	241	353	-	-	3.033
Serviços domésticos	-	-	-	-	47
Organismos internacionais	-	-	-	-	2
Nao informado	-	-	-	-	-
Ignorado	-	-	-	-	-
TOTAL	**11.800**	**8.092**	**7.726**	**17.154**	**104.507**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS

Além destes, outro dado merece destaque. Em Blumenau faltam profissionais nos setores têxtil e tecnológico. As empresas do município, na sua maioria, possuem selos de qualidade (ISO) e precisam de profissionais qualificados, o paradoxo é que as agências de relocação profissional do município abrem, em média 2,6 mil vagas por mês e conseguem preencher apenas 60% destas. (Agencias de Emprego de Blumenau) (JSC- 17 e 18 de dezembro de 2005) Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional – Furb (WWW.furb.br/observatório).

A partir destas necessidades e objetivando atender as demandas do mercado de trabalho local e regional a Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau oferece cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos e tecnológicos, priorizando os eixos de Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Hospitalidade e Lazer, Ambiente, Saúde e Segurança. Dentre os cursos de nível técnico oferecidos, destacam-se: Técnico em Enfermagem, Técnico em Estética e Técnico em Administração. No nível tecnológico, a faculdade oferece atualmente os Cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais, Logística e Gestão da Tecnologia da Informação. Para 2010 será ofertado mais um Curso Superior, já autorizado pelo MEC o curso de Tecnologia em Segurança no Trabalho.

O Senac oferece também em seu portfólio, cursos de Pós-Graduação, nas modalidades presencial e a distância.

A equipe administrativa do Senac Blumenau conta com uma Diretora, uma Coordenadora do Núcleo de Educação Superior, um Coordenador do Núcleo de Educação Básica, uma Coordenadora do Núcleo de Relações com o Mercado e um Coordenador Administrativo-Financeiro que se fazem presentes nas pessoas dos Senhores Elita Grosch Maba, Christiane Fabíola Momm, Cleber de Carvalho Guerra, Joseane Fonseca Ribeiro e Paulo Wienhage, respectivamente.

A Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau dispõe de uma área construída com aproximadamente 2.800 m² num terreno de 5.774,50m², situado na Avenida Brasil, 610 – Bairro: Ponta Aguda, CEP: 89050-000.

Contando também com um ponto receptor de sinal da Rede SESC-SENAC de Teleconferência, o Senac Blumenau promove a participação da sociedade em debates sobre educação e trabalho, saúde, meio ambiente, cidadania, cultura, entre outros tantos temas que agregam valor à formação integral do cidadão.

Sendo uma instituição privada sem fins lucrativos, os recursos financeiros são oriundos dos serviços educacionais prestados, convênios/parcerias e do percentual de contribuição arrecadado pelas empresas do comércio de bens, serviços e turismo. A arrecadação das empresas é chamada de "receita compulsória", que é efetuada junto à guia de recolhimento do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), sendo 1% do total arrecadado destinado ao Senac.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação, a região atendida pela Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau, conta com um total de 405 escolas. A taxa de analfabetismo na região é baixa, sendo Pomerode o Município com índice de alfabetização mais elevado: 95,80% para a população de 5 anos ou mais (2000).

Em 2002, os municípios da região estavam na faixa de 25 a 50% da população de 0 a 6 anos atendida pela Educação Infantil, e de 75 a 100% atendida pela Educação Fundamental na faixa etária respectiva. Este índice chega a 100% nos municípios de Indaial, Pomerode e Blumenau.

A região conta com sete instituições de ensino superior, atendendo cerca de 20.000 acadêmicos.

O território da Região de Blumenau, no Médio Vale do Itajaí, compreendendo os municípios de Benedito Novo, Blumenau, Dr. Pedrinho, Ascurra, Apiuna, Gaspar, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, é caracterizado por três aspectos principais: a cultura de colonização alemã e italiana; a paisagem de vales entre rios e morros; e o alto índice de industrialização, com especialização no setor têxtil.

.

Figura 1 – Localização da Região de Blumenau no Estado de Santa Catarina
Fonte: Projeto Meu Lugar

1.3 OBJETIVOS E METAS DA INSTITUIÇÃO

1.3.1 Descrição dos objetivos e quantificação das metas

a) Objetivos do Ensino Superior do Senac-SC:

- Atender a todas as regiões do estado de Santa Catarina na oferta de ensino superior e educação continuada através da ampliação e criação de novas Faculdades, respeitando os procedimentos de análise de viabilidade econômica.
- Implantar programas e projetos que atendam às demandas do mercado e da sociedade de forma coerente, flexível e ágil, renovando constantemente as ações educacionais e a forma de disseminação do conhecimento, considerando os segmentos excluídos, emergentes e especiais.
- Garantir a qualidade e satisfação do aluno através da oferta de cursos e programas em consonância com a legislação pertinente, documentos referenciais regulatórios do Ministério da Educação, Departamento Nacional do Senac e Administração Regional do Senac-SC, oportunizando itinerário formativo e atendendo aos pressupostos da educação continuada.
- Promover através de ensino superior de qualidade a conscientização de cidadania do individuo, de seus direitos e deveres sociais, éticos e respeito ao meio ambiente.
- Desenvolver o ensino superior e educação continuada, favorecendo o desenvolvimento do conhecimento em áreas específicas e condições para

ações interdisciplinares através de centros de excelência em áreas específicas de acordo com o potencial de cada região.

- Desenvolver, dentro de um enfoque interdisciplinar, estudos e pesquisa aplicada que possam contribuir para a integração e qualificação no mundo do trabalho e para o desenvolvimento regional.

A proposta regimental para o credenciamento das Faculdades Senac apresenta os seguintes objetivos:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico tecnológico e do pensamento reflexivo.
- Formar profissionais diplomados e especialistas na área de seus cursos, aptos para a inserção no mercado de trabalho e a participação no desenvolvimento da sociedade.
- Incentivar e cooperar com o desenvolvimento de estudos e pesquisas nas suas áreas de atuação.
- Estender o ensino e a pesquisa à comunidade por meio de programas e serviços especiais, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa geradas na Faculdade, estabelecendo com a comunidade uma relação de reciprocidade.
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos, que constituem patrimônio da humanidade e difundir o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação.
- Incentivar a valorização tecnológica e social das profissões ligadas às áreas de atuação.
- Estimular o espírito empreendedor dos profissionais da área e promover sua autonomia intelectual para a aprendizagem permanente.
- Desenvolver a Educação Profissional em todos os seus níveis.

Diante dos objetivos propostos para o desenvolvimento do Ensino Superior e das Faculdades Senac-SC, definem-se como questões estratégicas:

- Ampliar a atuação do Senac-SC junto aos demais segmentos da sociedade, atendendo às necessidades do mercado, do cidadão e da sociedade, assegurando a liderança e comprometimento com a educação e o trabalho, garantindo a auto-sustentabilidade da organização.

- Promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão como atividades interdependentes e complementares, criando, dentro da estrutura acadêmica, condições específicas para tal finalidade.
- Proporcionar infra-estrutura de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, em cumprimento ao estabelecido na Portaria Ministerial Nº. 3.284, de 7 de novembro de 2003 e na Lei Federal 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Atualizar e ampliar a infra-estrutura de acordo com a legislação vigente e com os padrões de qualidade estabelecidos pelo Senac-SC.
- Qualificar o corpo docente e elaborar projeto pedagógico dos cursos de acordo com a legislação vigente.
- Adotar linhas pedagógicas coerentes com a educação profissional e tecnológica, a fim de aumentar a eficácia do processo de ensino-aprendizagem.
- Normatizar procedimentos internos para o Ensino Superior nos padrões de qualidade exigidos.
- Informatizar procedimentos administrativos, assegurando aos núcleos e conselhos o gerenciamento e o suporte à tomada de decisão.
- Gerar receitas pelo desenvolvimento de ações educacionais por meio da maximização da qualidade, da inovação permanente e da minimização dos custos internos.

METAS	QUANTIFICAÇÃO	AÇÕES
Ampliação da atuação do SENAC como instituição de ensino superior.	Conforme cronograma estabelecido no item 3.1 do PDI.	Promover expansão da graduação aumentando vagas oferecidas em cursos existentes e ofertando novos cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu, de acordo com a realidade regional.
Adequação do espaço físico e da infra-estrutura.	70% adequação em 2010 e 30% até a vigência do PDI.	Oferecer totais condições de acesso e deslocamento aos portadores de necessidades especiais. Elaborar Plano de Expansão visando ampliação do espaço físico, dos ambientes acadêmicos e administrativos, melhorando as condições de trabalho e de oferta. Assegurar equipamentos e instrumentos compatíveis às atividades essenciais desenvolvidas.

		Proporcionar infra-estrutura de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.
Melhorar a qualificação dos gestores, técnicos administrativos e docentes para o exercício de suas funções no ensino superior.	80% do corpo técnico e docente capacitado no período de vigência do PDI. Iniciar formação docentes em 2010.	Adequar o quadro de pessoal docente e técnico-administrativo de forma compatível com as ações da Faculdade de Tecnologia Senac. Incrementar e apoiar Programa de Capacitação do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo e a participação em eventos. Implementar projeto de desenvolvimento para funcionários técnico-administrativos (atualização, motivação e produtividade). Criar mecanismos que assegurem a satisfação e a promoção da qualidade de vida no trabalho. Melhorar os índices de titulação, experiência profissional, formação na área, experiência no magistério superior e produção científica dos docentes. Viabilizar as condições para o pleno exercício da autonomia administrativa e da gestão participativa, necessárias à otimização de processos e rotinas acadêmico-administrativas.
Disseminação da cultura da avaliação institucional e do desempenho dos profissionais que atuam na educação superior	Avaliação docente e autoavaliação institucional: garantir mínimo de 70 % de alunos respondentes, em cada turma, de cada curso, com periodicidade semestral na avaliação docente e anual na autoavaliação. Iniciar primeira avaliação de competências do de 100% do corpo técnico administrativo em 2010.	Avaliar o desempenho dos docentes sob o ponto de vista dos alunos. Realizar e aperfeiçoar a autoavaliação institucional, em consonância com os preceitos do SINAES, instituído pela Lei n.º 10.861 de 14 de abril de 2004, buscando, por meio de sua CPA, os indícios para melhorar a qualidade da educação superior, a partir de pesquisas e relatos dos seus corpos docente, técnico, discente, egressos e sociedade civil organizada. Mapear as funções e as competências do corpo técnico administrativo. Avaliar as competências do corpo técnico administrativo.

Normatização dos processos de trabalho.	80% dos serviços e processos da educação superior em 2010 e 100% em 2011.	Estabelecer as políticas de ensino, pesquisa e extensão em regulamentos específicos. Estabelecer, juntamente com a mantenedora, os padrões de qualidade das Faculdades de Tecnologia Senac, dos Cursos Superiores de Tecnologia e de Pós-Graduação, garantindo um padrão básico de referência a partir do qual os cursos e as Faculdades devem se desenvolver e alcançar conceitos de excelência nos processos de avaliação externa. Mapear os processos de trabalho. Elaborar manuais, normativas e procedimentos.
Consolidar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	01 um projeto de pesquisa e extensão/ano. Lançamento do primeiro número do periódico em 2010. Manutenção de 02 números por ano, nos próximos anos.	Implantar sistema avaliação da aprendizagem na abordagem formativa, fundamentada em padrões absolutos e em indicadores de aprendizagem. Revisão dos projetos pedagógicos dos cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu*, coerentes com a legislação vigente, tendo como base os relatórios de avaliação externa de cursos e os documentos norteadores da mantenedora. Desenvolver projetos de pesquisa e extensão. Inserir os alunos na iniciação científica. Criar bolsas de iniciação científica aos alunos matriculados nos cursos superiores de tecnologia. Criação de um periódico científico em parceria com as demais Faculdades Tecnologia Senac-SC, através do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).
Construir e adotar um sistema de gestão educacional com o objetivo acompanhar, avaliar, orientar e	Formular 80% em 2010 e 20% em 2011. Mínimo de 02 acompanhamentos em cada curso, por	Formular indicadores de gestão educacional. Acompanhar o processo pedagógico por meio de indicadores. Implantar sistema informatizado de monitoramento e visualização dos indicadores.

sinalizar necessidades de melhorias ao processo de ensino-aprendizagem da educação superior.	semestre. Implantar o sistema informatizado entre 2010 e 2011. Iniciar o acompanhamento do processo pedagógico no segundo semestre de 2010. Realizar duas reuniões do conselho de classe por semestre: a primeira, após 40 dias letivos; a segunda, após o término do semestre. Realizar duas reuniões de planejamento por semestre: a primeira, antes do início das aulas; a segunda, após 50 dias letivos.	Realizar conselhos de classe e reuniões de planejamento. Realizar acompanhamento pedagógico da atividade docente.

1.4 ÁREA (S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A institucionalização do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia configura-se num marco referencial para oferta destes cursos, estruturados em Eixos Tecnológicos.

Respeitando-se a identidade e características regionais do local onde está inserida, essa Faculdade deverá atuar preferencialmente em quatro eixos tecnológicos prioritários, estabelecendo uma relação com a sociedade e o desenvolvimento regional. Assim foram definidos os seguintes eixos tecnológicos: Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Ambiente, Saúde e Segurança e Produção Cultural e Design.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 INSERÇÃO REGIONAL

Organização de âmbito nacional com atuação em todas as Unidades da Federação e instalado em Santa Catarina desde 1947, o Senac-SC atende a todas as regiões do Estado através de suas Unidades Operativas, possibilitando uma ampla inserção regional, contribuindo para o desenvolvimento local.

As Unidades Operativas estão distribuídas no Estado, por regiões, (ver Figura 1) permitindo estruturar ações regionais otimizando resultados, recursos e investimentos: a) Região Sul: Criciúma, Tubarão, Fpolis, Lages; b) Região do Vale: Itajaí, Blumenau, Rio do Sul, Brusque; c) Região Norte: Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento; d) Região Oeste: Caçador, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê.

O Senac-SC possui mecanismo institucionalizado de permanente articulação com o setor de comércio e serviços com a participação de empresários, entidades de classe e representantes sindicais na forma do Conselho Regional e do Conselho Consultivo, mantendo estreito vínculo com as principais demandas de desenvolvimento da região.

O Conselho Consultivo das Unidades Operativas do Senac-SC é o principal mecanismo de inserção regional institucionalizado e tem por objetivo colaborar com a equipe da Unidade, assessorando-a quanto à identificação das necessidades da comunidade nas áreas de competência do Senac e oferecendo-lhe apoio na busca constante de melhoria do seu desempenho.

O Conselho Consultivo foi criado e instituído pela Resolução Interna Nº. 13/00 e é constituído por representantes dos Sindicatos Patronais do Comércio filiados à Federação do Comércio de Santa Catarina; por representante do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio; por representante da Câmara de Dirigente Lojista; por representante da Associação Comercial; por representante do Sistema Municipal de Ensino; pelo Diretor da Faculdade; por um docente e por um representante da Administração Regional do Senac-SC.

Como as demais Unidades do Estado, essa Faculdade conta com seu Conselho Consultivo com as seguintes atribuições:

- Colaborar com a equipe da Faculdade no delineamento da política de capacitação das pessoas e empresas da comunidade.

- Proporcionar à Administração Regional e à Faculdade, dados e informações sobre as necessidades da comunidade.
- Assessorar a Faculdade na elaboração do seu Planejamento, de modo que esta traduza as necessidades da comunidade.
- Acompanhar a execução física e financeira do Plano Tático Operacional da Faculdade.
- Sugerir medidas que possam aumentar a eficácia da Faculdade e fazer a divulgação das suas atividades.
- Colaborar com a equipe da Faculdade no estudo e operacionalização de projetos de assistência social aos alunos, assim como na colaboração de egressos no campo de trabalho.
- Integrar as ações da Faculdade nas aspirações e anseios da comunidade.
- Estimular as empresas para que ofereçam emprego aos egressos dos cursos do Senac.
- Incentivar as empresas a matricularem seus colaboradores nos cursos do Senac.
- Buscar junto às empresas a valorização da formação profissional, no sentido de darem preferência para acesso e promoção em igualdade de condições aos alunos que tenham concluído cursos ou participado de programas da formação profissional.
- Colaborar com a equipe na organização e revisão dos programas e currículos dos cursos desenvolvidos pela Faculdade.

2.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DO SENAC/SC

As considerações gerais sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 sinalizam que a educação profissional deve atualizar e aprofundar conhecimentos nas áreas das tecnologias voltadas para o mundo do trabalho, descrevendo esta modalidade de educação como um ponto de relação entre a escola e o mercado.

Assim, atendendo às diretrizes da educação profissional estabelecidos pelo MEC e os referenciais de educação profissional do Departamento Nacional do Senac, os princípios teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas do Senac-SC estabelecem a vinculação entre educação profissional e o mundo do

trabalho, aliando teoria e prática, abrindo possibilidades de os alunos reportarem-se as suas vivências profissionais e sociais, buscando referências e dividindo experiências com o grupo. O objetivo é desenvolver um aluno com responsabilidade e autonomia para intervir sobre a realidade, o que pressupõe comprometimento com a formação de um aluno com conhecimento, habilidades e atitudes para intervir criticamente no contexto social, político e econômico.

Trata-se de uma proposta pedagógica em que a teoria só faz sentido enquanto é acionada pelo homem como tentativa de resolver os problemas postos pela prática. Dessa forma, teoria e prática podem e devem ser consideradas na especificidade que as diferencia, mas, ainda que distintos, esses aspectos são inseparáveis, definindo-se e caracterizando-se sempre um em relação ao outro.

A aprendizagem é compreendida como um processo de construção do conhecimento, colocando ênfase nas correntes teóricas denominadas interacionistas e nas ações pedagógicas a ela relacionadas. Nesse sentido, o construtivismo de Piaget e o sociointeracionismo de Vygotski constituem princípios teóricos que fornecem subsídios para a prática docente. Enquanto a concepção do construtivismo de Piaget coloca ênfase na construção do conhecimento pela ação do sujeito, o sociointeracionismo de Vygotski coloca grande ênfase na interação social. Os alunos, nesse sentido, são seres ativos, que constroem conhecimentos no seu contexto geográfico, cultural, social, político e histórico.

A proposta pedagógica da instituição pressupõe um processo de aprendizagem reconhecendo o aluno como autor de sua própria experiência enquanto busca soluções para problemas empresariais e sociais. A educação não se restringe ao ensino do conhecimento como algo acabado, pelo contrário, o saber e habilidade do aluno são integrados à sua vida como cidadãos, enquanto constroem seu conhecimento.

A construção do conhecimento em equipes de alunos é requisito básico da proposta pedagógica corroborando com Freire (1997) que sustenta que não há conhecimento válido se não for compartilhado, pois é por meio do diálogo que um conjunto de pessoas legitimam uma idéia. Dessa forma, o Senac-SC concebe a escola como um espaço aberto à iniciativa dos alunos que, interagindo entre si e com o docente, realizam a própria aprendizagem, construindo seus conhecimentos. Ao professor cabe o papel de acompanhar os alunos auxiliando-os em seu próprio processo de aprendizagem, incentivando-os a resolver problemas significativos e encorajando-os a explorar possibilidades e soluções criativas utilizando o conhecimento científico.

Da mesma forma que tanto a teoria como a prática são importantes no processo ensino-aprendizagem, na relação professor-aluno não é possível excluir um dos pólos da relação em benefício do outro. Em síntese, teoria e prática, assim como professor e aluno são elementos indissociáveis do processo pedagógico.

Na proposta pedagógica do ensino superior do Senac-SC a relação entre o homem e o mundo não é direta, mas mediada, como preconiza Vygotski e Feuerstein. A Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural e da Aprendizagem Mediada de Feuerstein, resgata elementos do construtivismo de Piaget e o sociointeracionismo de Vygotski, reconhecendo nossa essência biológica e social e sua relação dialética.

Feuerstein parte da premissa que todo individuo é modificável e afirma que o fator determinante para o desenvolvimento das capacidades mentais é o tipo de interação do sujeito com o meio ambiente. Uma aprendizagem do tipo de exposição direta aos estímulos ou ao objeto de conhecimento não garante o desenvolvimento cognitivo. É necessária uma interação mediada, ou seja, um mediador humano que se interponha entre o sujeito e o objeto de conhecimento que organiza, seleciona, interpreta e elabora aquilo que foi experimentado, de acordo as necessidades do sujeito mediado. Esta forma de aprendizagem é a que realmente garante o desenvolvimento cognitivo do mediado e é a que Feuerstein denomina como experiência de aprendizagem mediada.

A proposta pedagógica do Senac identifica-se com esta concepção, onde os mediadores devem assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento cognitivo de seus mediados, assumindo que a aprendizagem através de uma interação mediada de qualidade conduz ao desenvolvimento dos sujeitos, permitindo atingir níveis cada vez mais altos de autonomia, que é o objetivo maior de qualquer aprendizagem humana.

A proposta pedagógica, traduzida na matriz curricular dos cursos, estruturada por eixos temáticos compostos por um conjunto de disciplinas, fortalece o princípio da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

O eixo temático norteador organiza as disciplinas em torno de temas centrais no qual são construídos os conhecimentos, portanto é composto pelas disciplinas que formam a essência do curso. O eixo temático fundamental fornece os seus fundamentos básicos e, portanto, será composto pelas disciplinas com conteúdos específicos do eixo tecnológico ao qual o curso se integra. As disciplinas contidas no eixo complementar colaboram com a formação do perfil profissional de conclusão do aluno.

Assim, as disciplinas não têm o sentido restritivo de um determinado conteúdo do conhecimento uma vez que a transdisciplinaridade significa mais do que

disciplinas que colaboram entre elas em um projeto com um conhecimento comum a elas. Significa aquilo que Morin (2006) chama de um "pensamento organizador" que atravessa as disciplinas dando uma espécie de unidade e construindo uma noção de totalidade. Isso significa saber os pontos fundamentais que se encontram em cada tipo de conhecimento e em cada disciplina.

Na estrutura dos cursos, explicitada através da matriz curricular, aparece um cruzamento de eixos com os semestres. De forma geral, esse cruzamento procura relacionar as disciplinas de cada eixo com as disciplinas do semestre, possibilitando ao aluno resgatar e relacionar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso uns com os outros, culminando com o desenvolvimento do trabalho de conclusão do último semestre.

O desenvolvimento do trabalho de conclusão do último semestre do curso, pautado na integração entre as disciplinas abre possibilidades de os alunos compreenderem as relações existentes entre as disciplinas do semestre e entre as disciplinas dos eixos temáticos, com uma visão sistêmica do processo. Assim, a matriz curricular adotada está em sintonia com a proposta transdisciplinar, já que o objetivo maior que atravessa e conduz a aprendizagem dos alunos é a unidade do conhecimento.

Nesse sentido, o aluno poderá desenvolver o seu perfil profissional de conclusão tendo o docente como mediador e orientador deste processo. Com esse entendimento, o papel do docente é intervir e estimular a descoberta, permitindo ao aluno resgatar os conhecimentos adquiridos em cada eixo e contextualizar as teorias apreendidas com sua conseqüente aplicação prática.

Da mesma forma, na estrutura dos cursos do Programa de Pós-Graduação *lato sensu*, explicitada na sua matriz curricular, aparece um cruzamento de eixos temáticos (fundamental, norteador e complementar) com outro transversal (disciplina integradora), que emerge da necessidade de entender a realidade.

De forma geral, o cruzamento dos diferentes eixos procura fornecer os subsídios teóricos e práticos para o aluno estar em condições compreender os fenômenos e propor estratégias de atuação na realidade estudada. Isto significa que o objetivo é alcançar uma compreensão do objeto de conhecimento, materializado no projeto integrador, o qual guia e orienta a formação, permitindo que as disciplinas complementem essa necessidade que está ao mesmo tempo entre elas, através delas e além de qualquer disciplina.

A disciplina integradora, articuladora das outras, funciona como um canal de comunicação entre as partes. O objetivo é integrar os conhecimentos de todas as

disciplinas dos cursos. O docente responsável pela disciplina integradora será o articulador dos alunos, orientando-os sobre cada etapa do trabalho e os acompanhará durante todo o desenvolvimento do último semestre nos cursos superiores de tecnologia e durante o desenvolvimento do projeto integrador nos cursos de pós-graduação. Nos cursos superiores de tecnologia a disciplina integradora compõe a metodologia de operacionalização do último semestre e nos cursos de pós-graduação é oferecida ao longo do curso.

2.3 POLÍTICAS DE ENSINO

Na lógica de organização da educação profissional e tecnológica, a ênfase no processo ensino-aprendizagem passa a recair sobre a tecnologia, entendida como a apropriação, pelo aluno, dos princípios científicos que estão na base da produção:

- Tecnologias organizacionais: fundamentos, métodos e técnicas desenvolvidas com o objetivo de facilitar a análise dos fenômenos e permitir intervenções mais precisas e efetivas.
- Tecnologias físicas: são os equipamentos e as inovações instrumentais físicas, tais como computador, livro, telefone, aparelho celular, satélites.
- Tecnologias simbólicas: estão relacionadas com a forma de comunicação entre as pessoas. São os símbolos de linguagem (interfaces de comunicação). Trata-se da leitura, além da palavra escrita, por meio de uma multiplicidade de signos, sons, cores, volumes, texturas e imagens, em uma dada cultura.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Tecnologia estabelecem o nível de especialização e as capacidades tecnológicas que precisam ser desenvolvidas no aluno, o nível de aprofundamento em conhecimentos e, ainda, as tecnologias necessárias a sua formação.

Portanto, o desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos cursos e o processo de ensino-aprendizagem buscam a melhoria constante de seus currículos de modo a privilegiar:

- Um perfil profissional de conclusão fundamentado no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para conceber, usar e aplicar tecnologias e, ainda, atitudes relacionadas à responsabilidade, ao trabalho em equipe e à autonomia.
- Práticas pedagógicas que levem o aluno a ser protagonista de seu processo de formação, na perspectiva da autonomia intelectual.

- Um vínculo entre educação profissional, trabalho e tecnologia, aliando teoria e prática de forma interativa, abrindo possibilidades de os alunos reportarem-se as suas vivências profissionais e sociais, buscando referências e dividindo experiências em grupo de estudo.

b) Acompanhamento das demandas sociais, das exigências tecnológicas do mundo do trabalho, considerando o processo de globalização e suas decorrências no campo da educação, com vistas à adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

d) Incentivo à criação e utilização de inovações no ensino e nas práticas pedagógicas, compatíveis com a mudança constante do perfil do aluno.

e) Qualificação permanente das atividades complementares, dos trabalhos de conclusão de semestre, contribuindo efetivamente para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

f) Estímulo, de modo permanente, a projetos e programas para a qualificação pedagógica do corpo docente, priorizando temas que envolvam o cotidiano da prática pedagógica.

g) Estímulo ao desenvolvimento do aluno criando mecanismos de acompanhamento de seu processo de aprendizagem.

h) Formação de cidadãos e profissionais com competência tecnológica e humana, e consciente dos valores éticos de liberdade, igualdade e justiça social e responsabilidade sócio-ambiental.

i) Estímulo à aprendizagem permanente dos alunos.

j) Garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno na Instituição.

k) Estímulo ao intercâmbio nacional e internacional de estudantes, de docentes, de instituições e de organizações, com vistas à troca de experiências e o enriquecimento acadêmico cultural.

l) Revisão permanente da oferta de vagas e cursos em sintonia com as exigências sociais e os objetivos institucionais.

m) Estímulo à oferta seletiva de cursos de extensão, articulados aos cursos superiores de tecnologias e de pós-graduação.

n) Integração com os demais níveis e graus de ensino, perfazendo o itinerário formativo da educação profissional e tecnológica do Senac-SC.

o) Efetivação de convênios com empresas visando à realização das atividades dos alunos em ambientes empresariais.

2.4 POLÍTICAS DE PESQUISA

a) O pressuposto básico é consolidar uma política de Iniciação Científica nas Faculdades do SENAC/SC, priorizando áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa que busquem a solução de problemas regionais em áreas de relevância social e tecnológica.

b) Organização das atividades de pesquisa em projetos, vinculadas às linhas e grupos de pesquisa, buscando atender tanto a vocação e potencialidades dos próprios grupos de pesquisa, como as metas e a missão do Senac/SC.

c) Implementação de programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de pesquisa, visando sustentar a produção intelectual institucionalizada.

d) Alocação de recursos para a pesquisa, de acordo com critérios de mérito científico e com as prioridades institucionais, as especificidades de cada área do conhecimento e as potencialidades dos grupos de pesquisa.

e) Estímulo à socialização e à divulgação, interna e externa, da produção científica da Instituição.

f) Estímulo e apoio ao relacionamento com agências de fomento, de forma a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de pesquisa para projetos de iniciação científica, qualificando os pesquisadores na elaboração de projetos para a captação de recursos.

g) Estímulo ao desenvolvimento de acordos de cooperação com Universidades, institutos e redes de pesquisa, visando aprimorar a qualidade da pesquisa e a formação dos envolvidos.

h) Articulação de ações da Pós-Graduação *Lato Sensu* junto às instituições e organizações nacionais e internacionais.

i) Estímulo à publicação e divulgação dos projetos desenvolvidos, em eventos da área e/ou publicados em forma de artigos, capítulo de livros, manuais, produtos, entre outros.

2.5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

a) Estabelecer uma relação de solidariedade e reciprocidade com a comunidade local, por meio de atividades de extensão nas várias áreas do conhecimento, mediante a realização de estudos, cursos e projetos, que favoreçam o equacionamento de demandas sociais emergentes.

b) Estímulo ao desenvolvimento de projetos de extensão que contemplem a efetiva participação de alunos, favorecendo a formação do profissional como cidadão.

c) Articulação permanente com instituições públicas, privadas e movimentos sociais com vistas ao desenvolvimento de parcerias.

d) Estímulo à implementação de programas, projetos, cursos e atividades de iniciativa que venham a contribuir para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

e) Estímulo à interação das atividades de extensão com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, bem como com os programas e cursos de pós-graduação.

2.6 POLÍTICAS DE GESTÃO

a) A política de gestão do Senac tem como premissa a competência e rapidez de respostas relacionadas à identificação das tendências de mercado, ao atendimento das necessidades dos clientes, alunos e órgãos reguladores e à diversificação e ampliação da oferta de serviços e produtos.

b) Promoção, em todos os âmbitos da instituição da gestão democrática e colegiada.

c) Consolidação da metodologia e dos fundamentos da Fundação Nacional de Qualidade como ferramenta e filosofia de gestão.

d) Desenvolvimento de atividades que favoreçam o crescimento pessoal e comprometimento social dos colaboradores, docentes e discentes.

e) Aprimoramento e implementação de propostas que favoreçam a seleção adequada, a formação continuada e a permanência de docentes e colaboradores em todas as instâncias do Senac/SC.

f) Implementação de um processo de elaboração do orçamento, que possibilite maior envolvimento e participação, dentro de níveis próprios de competência, de todas as instâncias institucionais do Senac-SC e que lhe garanta a sua sustentabilidade.

g) Implementação de um processo de execução orçamentária, por meio de modelo de gestão administrativa, ágil e descentralizada, e que responda adequadamente às exigências do desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

h) Disponibilização de infra-estrutura e serviços de qualidade que atendam as necessidades da gestão e o desenvolvimento das atividades de ensino,

pesquisa e extensão, respeitando o meio ambiente e a sustentabilidade da organização.

2.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau, através de diversas ações, atende demandas sociais da comunidade regional, contribuindo para a inclusão dos cidadãos no mercado de trabalho, concretizando ações que tenham como princípio a melhoria da qualidade de vida, o respeito à diversidade e a redução das desigualdades sociais. Para a Faculdade, ser socialmente responsável não está restrito a práticas e ações desenvolvidas exclusivamente em benefício da comunidade, mas também ter metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade incorporada nos processos de gestão e no plano estratégico da instituição.

A implantação de uma gestão sustentável, considerando as suas três dimensões – econômico, social e ambiental - prevê o alinhamento dos objetivos estratégicos da instituição, ao real interesse dos grupos com os quais se relaciona, procurando agregar valor à sociedade, além de conferir idoneidade a imagem da empresa, enobrecendo a marca e trazendo orgulho aos funcionários.

A gestão socioambiental da Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau está relacionada à extensão do seu papel como instituição de Educação, responsável pela formação de profissionais que possam atuar no mercado de trabalho em consonância com os princípios da sustentabilidade planetária e pelo compromisso em cooperar para promoção do desenvolvimento sustentável de organizações do comércio de bens, serviços e turismo por meio de suas atividades.

Desta forma, a Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau associa a demanda por profissionais e organizações que tenham perfil sustentável com sua política de gestão organizacional, assumindo o compromisso de análise dos seus impactos no meio ambiente e envolvimento em ações sociais que beneficiem a comunidade contribuindo para o desenvolvimento econômico da sociedade blumenauense sob as dimensões do desenvolvimento sustentável.

Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas pela Faculdade, citamos os seguintes:

- Ação Comunitária - projeto estadual que tem como objetivo promover a realização de ações voluntárias de intervenção nas comunidades locais, por

meio de atividades envolvendo alunos, colaboradores e orientadores no atendimento a comunidade.

- Concessão de bolsas de estudos integrais e parciais para a comunidade. Desta forma, a Faculdade contribui para a inserção de pessoas de baixa renda no mercado de trabalho.
- Livre acesso a Biblioteca (computadores e acervo). A disseminação de conhecimentos é mais uma das formas encontradas pelo Senac Blumenau para maximizar a contribuição com o desenvolvimento local, promovendo ações e assumindo posturas de relacionamento com a comunidade, favorecendo seu crescimento e melhoria da qualidade de vida.
- Rede Teleconferência – A Faculdade Senac Blumenau disponibiliza para a sociedade blumenauense transmissões periódicas de teleconferências, abordando assuntos relacionados a comunidade, cuja programação pode ser assistida gratuitamente por qualquer pessoa.
- Parcerias Estratégicas – As parcerias estratégicas configuram-se como um importante mecanismo para o desenvolvimento social e econômico, pois caminham no sentido de agregar forças, conhecimentos e legitimar as ações realizadas.
- Compromisso com iniciativas externas – Por meio da participação da Faculdade em fóruns empresariais, comissões e grupos de trabalho relacionados à defesa e promoção de questões de interesse público e de responsabilidade social, o Senac Blumenau busca cumprir seu papel social envolvendo-se na elaboração de propostas e em diálogo com autoridades e sociedade visando a melhoria da qualidade de vida da população da região e da promoção do desenvolvimento sustentável.
- Projetos Governamentais – A Faculdade Senac Blumenau busca contribuir com o poder público na realização de programas de educação profissional e execução de projetos originalmente desenhados pelo Governo em âmbitos Federal, Estadual e Municipal. Entre estes, destacamos:

  * Programa de Aprendizagem - destinado à qualificação de jovens na faixa etária entre 14 a 24 anos incompletos em cumprimento a Lei 10.097/00 e atendimento às empresas contribuintes do Senac, com o objetivo de ampliar as possibilidades e inserção dos jovens no mercado de trabalho

  * Programa Soldado Cidadão - cujo objetivo principal é a qualificação dos militares incorporados às fileiras das Forças Armadas, contribuindo para sua posterior inclusão no mercado de trabalho.

O Sistema de Gestão Ambiental implementado pela Faculdade Senac Blumenau compartilha os mesmos princípios do MEG's – Modelo de Excelência em Gestão do Senac/SC e direciona-se à redução de desperdícios, à diminuição de custos, ao controle do processo, à melhoria das condições de trabalho entre outras atribuições. Ou seja, ambos envolvem a estrutura organizacional, as responsabilidades, os procedimentos, processos e recursos.

A Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau desenvolve ações alternativas objetivando a redução dos impactos ambientais e melhoria nas práticas desenvolvidas, tornando os processos mais sustentáveis. Estas ações são disseminadas entre os colaboradores através de campanhas de conscientização e incentivo a cultura do consumo consciente e reutilização de materiais.

* Consumo de materiais – A quantidade de materiais consumidos impacta diretamente no volume de resíduos gerados pela Faculdade em seus custos e no impacto ecológico gerado pela extração de recursos naturais.

* Consumo de energia elétrica e água – O aumento da demanda e a diminuição da oferta de energia e água, além de provocar riscos no abastecimento, provoca o aumento de preços e prejudica ou inviabiliza atividades. Ciente da necessidade básica que é o consumo de energia e água para manutenção e desenvolvimento constante da sociedade, a Faculdade realiza ações que viabilizam sua utilização com consciência ecológica e economia de recursos financeiros.

A Faculdade Senac Blumenau está comprometida com a questão ambiental e atua de alguma forma em ações voltadas para Redução do Consumo de Bens Renováveis e Não Renováveis, o que favorece a obtenção de resultados positivos com relação a sustentabilidade da unidade.

Estamos conscientes das oportunidades de melhoria existentes, porém, as mesmas estão diretamente relacionadas a questões culturais e de mudanças de hábitos, mais que propriamente grandes investimentos, tais como troca de válvulas de descargas, utilização do papel reciclado e substituição dos copos plásticos.

Os benefícios da realização de ações simples que buscam a melhoria na gestão organizacional na sua dimensão ambiental, a curto prazo, apresenta-se com a redução de custos operacionais e a médio e longo prazo com o desenvolvimento de um ambiente de trabalho que favoreça a qualidade de vida da sociedade e colabore com o desenvolvimento sustentável da Faculdade Senac Blumenau.

3 IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

3.1 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI

3.1.1 Tabela I - Programação de abertura de Cursos de Graduação

Nome curso	Habilitação	Modalidade	Nº de alunos/ turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais	Tecnólogo em Processos Gerenciais	Presencial	50	01	Noturno	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	Curso Reconhecido
Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação	Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação	Presencial	50	01	Noturno	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	Curso Autorizado
Curso Superior de Tecnologia em Logística	Tecnólogo em Logística	Presencial	50	01	Noturno	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	Curso Autorizado
Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho	Tecnólogo em Segurança no Trabalho	Presencial	50	01	Noturno	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	Curso Autorizado
Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia	Tecnólogo em Gastronomia	Presencial	50	01	Noturno	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2012
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial	Tecnólogo em Gestão Comercial	Presencial	50	01	Noturno	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2012
ADS							2012

3.1.2 Tabela II - Programação de abertura de cursos de Pós-graduação (Lato Sensu)

Nome do curso	Modalidade	Nº de alunos/ turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para oferta do curso
Gerenciamento de Projetos	Presencial	30	01	Manhã / Tarde / Noite	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2013

Gestão Estratégica de Pessoas	Presencial	30	01	Manhã / Tarde / Noite	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2010
Segurança da Informação	Presencial	30	01	Manhã / Tarde / Noite	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2010
Gestão da Cadeia Logística Empresarial	Presencial	30	01	Manhã / Tarde / Noite	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2013
Estratégias Financeiras e Custos	Presencial	30	01	Manhã / Tarde / Noite	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2012
Gestão Empresarial Estratégica	Presencial	30	01	Manhã / Tarde / Noite	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2012
Tecnologias Aplicadas a Educação	Presencial	30	01	Manhã / Tarde / Noite	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2012
Controladoria e Gestão Tributária	Presencial	30	01	Manhã / Tarde / Noite	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2011
Governança de Tecnologia da Informação	Presencial	30	01	Manhã/Tarde/Noite	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2012
Desenvolvimento Cognitivo	Presencial	30	01	Manhã / Tarde / Noite	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2013
Ciências Atuariais	Presencial	30	01	Manhã / Tarde / Noite	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2014
Desenvolvimento de Jogos Eletrônicos	Presencial	30	01	Manhã / Tarde / Noite	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2014
Medição e Arbitragem	Presencial	30	01	Manhã / Tarde / Noite	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2014
Moda: Gestão e Marketing	Presencial	30	01	Manhã / Tarde / Noite	Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau	2014

3.1.3 - Tabela V - Programação de aumento de vagas para cursos reconhecidos

Nome do curso	Habilitação	Modalidade	Turno(s) Funcionamento	Nº de vagas autorizadas	Nº de vagas a solicitar	Ano previsto para a solicitação
Curso Superior de	Tecnólogo em	Presencial	Noturno	50	100	2011

Tecnologia em Processos Gerenciais	Processos Gerenciais					
Curso Superior de Tecnologia em Logística	Tecnólogo em Logística	Presencial	Noturno	50	100	2011

3.1.4 - Tabela VI - Programação de remanejamento de vagas e/ou criação de novo turno

Nome do curso	Habilitação	Modalidade	Turno de Funcionamento	Turno proposto	Ano previsto para a solicitação
Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais	Tecnólogo em Processos Gerenciais	Presencial	Noturno	Noturno	2011
Curso Superior de Tecnologia em Logística	Tecnólogo em Logística	Presencial	Noturno	Matutino	2011

3.1.5 - Programação de Programas de Pesquisa

O programa de pesquisa do Senac/SC será coletivo e articulado institucionalmente. As áreas de concentração e as linhas de pesquisa terão uma natureza institucional, definida pela mantenedora, vinculadas aos eixos tecnológicos e aos cursos superiores de tecnologia. Os projetos de pesquisa serão estabelecidos pelos docentes pesquisadores.

Áreas de Concentração/Eixo Tecnológico	Linhas de Pesquisa	Ementa dos Projetos
Administração/Gestão e Negócios	Tecnologias de Gestão	Os projetos deverão priorizar estudos de modelos, métodos, técnicas e instrumentos, que visam ao aprimoramento de competências gerenciais, à melhoria de processos e à otimização dos resultados organizacionais.
	Estratégia, competitividade e	Tem por finalidade pesquisar o impacto das estratégias e dos fenômenos mercadológicos no desempenho das organizações. Os projetos deverão identificar as estratégias de comercialização

	comercialização	adotadas pelas empresas e a influência e os impactos dos fatores macro-ambientais e dos *stakeholders* sobre a competitividade.
Ciências da Computação/Informação e Comunicação	Planejamento e governança em Tecnologia da Informação (TI)	Os projetos focarão o planejamento e projetos de TI e de soluções de melhorias e implantações. Deverão ser focados na estrutura de relacionamentos e processos alinhados às estratégias corporativas, com o objetivo de prover informações e soluções de TI em todo contexto organizacional.
	Redes de computadores e telecomunicações	Compreende a investigação, a implementação e o uso de redes de computadores, a especificação de protocolos de redes e o gerenciamento das redes de telecomunicações, notadamente os aspectos relacionados à segurança da informação em redes.
	Desenvolvimento para dispositivos móveis	Foca no desenvolvimento de sistemas para dispositivos móveis, como celular, *palm* e outros dispositivos; criação de jogos para celulares e outros dispositivos.

3.2 PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS, ESTABELECENDO OS CRITÉRIOS GERAIS PARA A DEFINIÇÃO DE:

3.2.1 Perfil do egresso

O aluno formado nos cursos superiores de tecnologia do Senac-SC será capaz de compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas de sua área profissional, contextualizadas nas situações atuais e/ou emergentes nos vários segmentos do campo de sua atuação. O aluno deverá desenvolver ao longo dos cursos e programas, competências, habilidades, atitudes e valores para:

- Utilizar o conhecimento científico e tecnológico para resolver problemas no exercício de suas atividades profissionais.
- Demonstrar espírito de equipe com responsabilidade e comprometimento.

- Atuar de forma integrada no seu ambiente de trabalho e com as demais instâncias do sistema, com visão ampla da realidade e responsabilidade sócio-ambiental.
- Liderar pessoas e gerenciar conflitos.
- Atuar com criatividade, numa atitude pró-ativa, identificando tendências e usando adequadamente os recursos disponíveis.
- Perceber a importância do aprendizado contínuo tanto na sua formação, quanto na sua prática.
- Conhecer os princípios da metodologia científica e realizar pesquisas que contribuam na construção do conhecimento.

3.2.2 Seleção de Conteúdos

A proposta de Organização Curricular dos cursos ofertados pelo Senac/SC deve atender, em princípio, as normas e diretrizes do Ministério da Educação e os documentos norteadores do Departamento Nacional do Senac.

O projeto pedagógico dos cursos será elaborado e acompanhado pelo Núcleo Docente Estruturante e abrangerá a seguinte estrutura:

a) O perfil profissional e os objetivos do curso serão definidos de acordo com a dinâmica do setor produtivo e com as demandas da sociedade e deverão estar referenciados no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC. Os objetivos específicos serão definidos na perspectiva de formar profissionais aptos a desenvolver atividades específicas do eixo tecnológico e do curso em questão.
b) O tipo de curso e o regime de sua oferta serão justificados de acordo com as necessidades do setor produtivo e de acordo com as tendências econômicas, tecnológicas, demográficas, sociais e culturais do mercado regional.
c) A matriz curricular será estruturada em eixos temáticos compostos por disciplinas com ementas, conteúdos e tecnologias que visem a construção do conhecimento e o desenvolvimento das competências específicas para a formação do aluno. O eixo temático norteador integrará as disciplinas com temas e conteúdos que promovam a formação do profissional na sua área de atuação específica. O eixo temático fundamental será composto pelas disciplinas com conteúdos

específicos do eixo tecnológico ao qual o curso se integra. O eixo complementar integrará as disciplinas, cujos conteúdos têm como finalidade desenvolver o diferencial à formação do perfil profissional de conclusão, complementando a formação do aluno.

d) As disciplinas terão carga horária diferenciada, definidas de acordo com a contribuição de cada uma na formação do perfil profissional de conclusão.
e) Atividades complementares de caráter interdisciplinar estarão incluídas nos currículos dos Cursos Superiores de Tecnologia com carga horária total de 100 horas, a serem realizadas ao longo do curso. Cada PPC poderá propor duas ou mais atividades complementares com CH diferenciada (até compor 100 horas) com conteúdos que venham a agregar na formação do perfil profissional de conclusão.
f) As atividades de nivelamento estarão estabelecidas nos PPCs e serão oferecidas preferencialmente no primeiro semestre do curso, em horários a serem definidos junto a cada turma, não comprometendo o horário normal das aulas. Os conteúdos das atividades de nivelamento poderão ser definidos ainda na concepção do curso ou após a avaliação diagnóstica inicial (PERRENOUD, 1999; HADJI, 2000) realizada pelos docentes das respectivas disciplinas em cada nova turma. Os conteúdos das atividades de nivelamento devem ter como principal objetivo sanar a carência de presença de conteúdos para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.
g) As referências bibliográficas, os periódicos especializados e as obras de referência deverão atender as ementas das disciplinas e serão definidas pelo Núcleo Docente Estruturante que poderá contar com a ajuda de docentes previstos para atuar no curso, além de outros especialistas do eixo tecnológico do curso.

3.2.3 Princípios Metodológicos

Os pressupostos teórico-práticos que orientam a prática educativa deverão desenvolver os meios para uma educação suficientemente ampla e ativa focada, de um lado, no conhecimento científico acadêmico e no mundo do trabalho e, de outro, no desenvolvimento de uma visão crítica a respeito da sociedade, conforme

preconiza Freire (1986). Provocar a reflexão dos alunos por meio de situações em que os problemas possam emergir e eles possam intervir.

A prática pedagógica deverá estar fundamentada nos princípios da autonomia, da criação e do compartilhamento do conhecimento. Os docentes deverão articular os conteúdos com as questões vivenciadas pelos alunos em sua vida profissional e social e relacionar os temas com as outras disciplinas, permitindo ao aluno compreender a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

Os docentes utilizarão a mediação como princípio metodológico no sentido de resolução de um conflito entre um mediador humano que se interpõe entre o organismo receptor e as fontes de estímulo, reconhecendo a complexidade dos elementos que o geram em seus diferentes níveis de organização do conhecimento.

É a esta mediação que se refere o princípio educacional do Senac-SC: aquela que incorpora o aluno, o docente e o saber como elementos indissociáveis um do outro, e que no processo de ensino-aprendizagem são todos afetados-modificados-transformados como diz Sommerman, (2003): "devem ser considerados em seus diferentes níveis ontológicos (corporal, emocional, psicológico, espiritual) e em seus diferentes níveis perceptivos-cognitivos (sensível, racional, intuitivo, imaginativo, intelectivo, contemplativo). E o pólo do saber deve ser considerado em seus diferentes aspectos: saber, saber fazer e saber ser.

Com base nos princípios metodológicos expostos acima, os docentes deverão utilizar técnicas que privilegiem a solução de problemas, propiciando condições que possibilitem a elaboração de respostas aos problemas suscitados, integrando teoria e prática. Deverão, ainda, oferecer objetos/elementos/situações que estimulem a pesquisa, a argumentação, a cooperação e a capacidade de negociação.

Nesta concepção, alunos e docentes responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem utilizarão o trabalho em equipe, a pesquisa, estudos de caso, resolução de problemas, jogos, dinâmica de grupo, elaboração de projetos, visitas nas empresas, objetivando sempre utilizar o conhecimento científico para compreender os fenômenos e para solucionar problemas reais identificados no mercado e na sociedade.

A metodologia do último semestre dos cursos superiores de tecnologia é uma proposta metodológica, cujo objetivo é desenvolver um Trabalho de Conclusão de Último Semestre – TCS.

a) O Trabalho de Conclusão do Último Semestre – TCS

O Trabalho de Conclusão do Último Semestre - TCS é uma metodologia diferenciada a ser desenvolvido ao longo do último semestre dos cursos superiores de tecnologia. O objetivo é ampliar e construir os conhecimentos por meio da pesquisa e da socialização desses conhecimentos e desenvolver nos alunos, habilidades e atitudes que lhes permitam analisar e discutir a ciência e suas soluções para os problemas sociais e empresariais, além de construir os conhecimentos em grupo relacionando os conteúdos de todas as disciplinas.

Trata-se de um trabalho de caráter científico, justificado pela profundidade com que os conteúdos serão abordados, fundamentado em pesquisas bibliográficas, servindo tanto para situar o aluno no panorama histórico de seu tema, quanto para análise dos dados coletados em suas pesquisas de campo.

Os trabalhos, desenvolvidos em seqüência de passos, obedecerão às mesmas regras formais de monografias científicas, se diferenciando somente quanto à finalidade. Trata-se de um estudo de um tema específico e bem delimitado, organizado em elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, a fim de que esse possa ser tratado sistematicamente em profundidade.

Os temas de cada trabalho atenderão interesses que vão além dos próprios alunos e da instituição, servindo de contribuição acadêmica para a sociedade.

A contribuição social e a contribuição ao conhecimento que justificam os trabalhos estarão contempladas na relevância e na originalidade dos temas abordados e na integridade dos seus resultados, os quais se espera, sejam referendados pela comunidade empresarial, pela sociedade e pela comunidade científica.

No primeiro momento, o trabalho terá como objeto o estudo de um segmento de mercado, seguido por uma análise de uma empresa real e será finalizado com o estudo de um processo organizacional.

Assim, o trabalho dos alunos promove a vinculação entre os cursos das Faculdades Senac e o mundo do trabalho, uma vez que a equipe de docentes, alunos e profissionais do mercado, interagem no processo de aprendizagem.

Os docentes são os organizadores deste processo e agentes de sistematização da base científica. Os alunos são agentes ativos no processo, capazes de formular e solucionar problemas.

Todo o trabalho será desenvolvido por meio de uma pesquisa, seguido por uma apresentação oral em sala de aula viabilizada em forma de seminários, visando à socialização do conhecimento e a sua apresentação parcial.

Os seminários serão apresentados pelas equipes de alunos e contarão com a participação de empresários e profissionais das áreas do curso, convidados pelos próprios alunos, para proferir palestras sobre os segmentos estudados e abordar as questões mais complexas sobre o tema em estudo.

A realização dos seminários deverá contar com a presença dos docentes do último semestre do curso, da pedagoga e do coordenador do curso.

O trabalho concluído é entregue para o docente da disciplina integradora quando será estabelecido o conceito final, cuja avaliação fica sob responsabilidade dos docentes do último semestre.

Os critérios e os indicadores de aprendizagem dos seminários e do trabalho escrito são apresentados no Manual de Orientação do Trabalho de Conclusão do Último Semestre fornecido ao aluno no início do último semestre.

A redação final do trabalho deverá seguir às normas da ABNT e a formatação geral deverá seguir as orientações descritas no documento Guia de Trabalhos Acadêmicos das Faculdades Senac-SC.

Após a aprovação, os alunos entregarão uma via do trabalho em CD para ser arquivada na biblioteca da instituição. Serão disponibilizados na biblioteca somente os trabalhos que atenderem todas as recomendações da comissão avaliadora, podendo, inclusive, ser publicados em veículos de comunicação especializados da instituição ou externos.

3.2.4 Processo de Avaliação

A avaliação da aprendizagem analisa os resultados do desempenho do aluno em relação ao conhecimento (saber), habilidades (saber fazer) e atitudes (saber ser) desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem.

Pressupõe um processo de avaliação formativa, referenciada ao critério e fundamentada em padrões absolutos, pois sua principal função é verificar o desempenho do aluno em relação aos indicadores de aprendizagem.

A avaliação pode ocorrer com grupos, não sendo totalmente individualizada.

Por ser um ato processual, significa que deverá ocorrer durante o semestre, realizando-se diversas atividades em sala de aula ou extraclasse.

Os resultados do processo avaliativo devem ser comunicados aos alunos, ressaltando-se o que deve ser melhorado e/ou requer adequação em cada indicador e propondo atividades para sanar as deficiências do processo de aprendizagem.

A função administrativa formal do processo de avaliação da aprendizagem representada pelo conceito não deve se sobrepor as suas funções que são as de informar e orientar para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Compreender a dinâmica do processo ensino-aprendizagem é responsabilidade de todos os educadores, quer sejam eles, diretores, coordenadores de curso, coordenadores de núcleos, docentes e pedagogos. Todos devem, portanto, identificar as diferentes concepções pedagógicas e do processo do conhecimento que estão subjacentes ao processo de avaliação da aprendizagem e que lhes dão sustentação.

A função da avaliação da aprendizagem é coletar informações e evidências significativas e fornecer aos alunos e educadores informações necessárias e bases para a tomada de decisão em relação à melhoria do processo ensino-aprendizagem, oferecendo-lhe condições de acompanhar e monitorar seus próprios resultados de aprendizagem, com vistas ao desenvolvimento do perfil profissional de conclusão do curso.

a) Critérios e indicadores de aprendizagem

Os critérios e os indicadores de aprendizagem são referências que permitem avaliar se estão sendo alcançados os objetivos à luz do perfil profissional de conclusão do curso.

A elaboração e a construção de critérios servem como balizamento das ações e das práticas avaliativas e, portanto, os critérios devem ser claros e precisos, uma vez que tornam as regras do processo mais explícitas.

Os indicadores de aprendizagem descrevem criteriosamente o que e em que parâmetros avaliar, uma vez que a sua principal função é a transparência do processo avaliativo, facilitando o diálogo entre aluno e docente.

Os critérios e os indicadores devem ser formulados previamente e não no decorrer do processo da própria avaliação.

A definição dos indicadores deve estar acompanhada de uma análise do objetivo e do perfil profissional de conclusão e devem ser construídos sobre o conhecimento teórico (saber), sobre o desenvolvimento de uma habilidade (saber fazer) e sobre o desenvolvimento de atitudes em esferas específicas da atividade humana (saber ser), verificando a incorporação da aprendizagem dessas dimensões pelo aluno.

Os critérios, compreendidos como a essência desses saberes (saber, fazer e ser) são parâmetros e padrões de qualidade e referência, definindo o que se julga poder esperar legitimamente do aluno.

O indicador também é uma referência que possibilita a gestão do processo ensino-aprendizagem, de um lado, por mensurar e observar determinados aspectos da aprendizagem e, por outro, por acompanhar a aprendizagem dos alunos, permitindo ações corretivas quando necessário.

b) Instrumentos de avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem deve ser realizada mediante vários e diferentes instrumentos de avaliação, porque existem alunos que apresentam uma maior dificuldade com um ou com o outro.

Instrumentos de avaliação compreendem as atividades e recursos, cuja função é a de recolher informações acerca da aprendizagem dos alunos.

Os instrumentos de recolhimento de informações podem ser: seminários, dramatização, simulação de situações, exercícios orais e escritos, elaboração de artigos, análises de casos, provas escritas, dentre outros.

Cada instrumento utilizado deverá ser acompanhado da descrição do indicador a ser avaliado e o exercício de avaliação da aprendizagem solicitado deve dar conta de avaliar a aprendizagem em relação àquele indicador.

Efetivamente, o instrumento utilizado não é um fim em si mesmo, ele é apenas uma maneira de apreender algo que é próprio ao aluno, o sujeito do processo, e que se espera ter nele construído e/ou desenvolvido nas seqüências de ensino que precederam.

c) O estabelecimento dos conceitos e a aplicação da rubrica na avaliação da aprendizagem

A avaliação de uma mesma disciplina expressa o grau de apropriação de um conjunto de saberes (saber, saber fazer e saber ser) e, portanto, múltiplos indicadores são necessários para proporcionar uma adequada cobertura dessas dimensões.

As rubricas devem ser utilizadas como um meio de comunicação, clarificando as expectativas do docente com o aluno em relação à aprendizagem e ao domínio desses saberes.

As rubricas descrevem o conceito da avaliação e os níveis de desempenho, variando-os da mais elevada performance até a mais baixa, em relação a um indicador da disciplina ou em relação a um conjunto de indicadores relacionados à formação do perfil profissional de conclusão.

Assim, o resultado da aprendizagem será expresso da seguinte forma:

Conceito	Descrição da avaliação de um indicador	Descrição da avaliação final
OT - Ótimo	O indicador foi **atingido.**	Todos os indicadores foram atingidos. O aluno compreende os fundamentos, contextualiza e aplica técnicas e metodologias de forma factível, coerente e defensável.
B – Bom	O indicador foi **atingido**, mas pode ser **melhorado**.	Todos os indicadores foram atingidos, mas podem ser melhorados em termos de fundamentação, contextualização e aplicação.
S - Satisfatório	O indicador foi **atingido parcialmente** e requer **adequação**.	Os indicadores foram atingindo parcialmente, pois a compreensão dos fundamentos a contextualização e a aplicação requerem uma melhor adequação, porém não comprometem à formação do perfil profissional de conclusão.
I - Insatisfatório	O indicador **não** foi **atingido**.	Os indicadores que expressam à formação do perfil de conclusão não foram atingidos. Falta sustentação teórica e metodológica.

As rubricas devem tornar o processo de avaliação transparente a ponto de permitir ao aluno o controle do seu aprendizado. Nesse sentido, o docente deve esclarecer sempre o que é preciso ser melhorado, o que requer adequação ou, ainda, porque o indicador não foi atingido em cada instrumento de avaliação aplicado.

Quando um indicador não for atingido o docente poderá realizar uma recuperação paralela, realizada em sala de aula ou extraclasse.

No desenvolvimento de cada disciplina, o docente deverá registrar no diário de classe, no mínimo, três conceitos de avaliação intermediária que, consolidados, deverão compor o conceito final.

A obtenção do conceito final de, no mínimo, “S”, acrescido de freqüência mínima de 75% das aulas ministradas, em cada disciplina, confere o direito à aprovação na disciplina cursada.

d) Plano de Ensino

O conjunto de saberes (saber, saber fazer e saber ser), os critérios, os indicadores, os instrumentos de avaliação serão definidos em uma Matriz Avaliativa para cada uma das disciplinas, que será um complemento do Plano de Ensino.

Ao assumir uma disciplina, o docente recebe o Plano de Ensino com o conjunto de saberes, os critérios, os indicadores já definidos pela Mantenedora. As práticas pedagógicas do processo ensino-aprendizagem e os instrumentos de avaliação da aprendizagem, bem como às formas de acompanhamento de cada disciplina são estabelecidos pelo docente responsável, orientados pelo coordenador do curso e pelo pedagogo.

3.2.5. Atividade prática profissional, complementares e de estágio

O Estágio Curricular Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso serão componentes opcionais da Faculdade para cada curso ofertado. Porém, estão previstas nos PPCs atividades inerentes ao desenvolvimento do espírito científico dos alunos pela inclusão dos Trabalhos de Conclusão do Último Semestre do curso (TCS), elaborados dentro da carga horária dos cursos. Estes são trabalhos que seguem às regras formais de monografias científicas e suas características estão descritas no item Princípios Metodológicos deste documento uma vez que refletem uma metodologia diferenciada do último semestre de cada curso.

a) Atividade Complementar

As atividades complementares estão incluídas nos currículos dos Cursos Superiores de Tecnologia com carga horária de 100 horas a serem realizadas ao longo do curso. As diversas atividades que poderão ser computadas estão apresentadas no Regulamento dos Cursos Superiores de Tecnologia do Senac-SC. Desta forma, pretende-se estimular o aluno a participar de eventos, realizar atividades de caráter

social, realizar cursos de extensão, participar em serviços de atividades extraclasse e também estimulá-los à educação continuada.

b) Atividade Complementar de caráter interdisciplinar

A aprendizagem pressupõe, por parte dos alunos, domínio de um conjunto de conhecimentos, métodos e técnicas científicas para sua aplicação em situações reais na sociedade e no mercado. Visando uma formação interdisciplinar e completa dos alunos, cada PPC definirá atividades complementares de caráter interdisciplinar que têm como principal objetivo complementar a formação do perfil profissional, introduzindo, na formação dos alunos, temas importantes relacionados a sua atividade profissional.

Cada atividade terá um docente de uma das disciplinas (disciplina integradora) do semestre como responsável com CH definida para atendimento aos alunos e avaliação final dos trabalhos.

O docente responsável pela atividade complementar de caráter interdisciplinar terá a função de orientar os alunos, acompanhar todo o desenvolvimento das atividades do semestre, apresentar o roteiro e as etapas do trabalho e avaliar os trabalhos finais. Os demais docentes oferecerão orientações específicas de suas disciplinas e colaborarão na avaliação final do trabalho. O docente responsável pela atividade complementar de caráter interdisciplinar deverá definir e informar os alunos e a coordenação do curso, os horários para atendimento aos alunos e os prazos para entrega dos trabalhos.

Os alunos, em grupos, deverão escolher uma empresa como objeto de estudo e realizar o trabalho conforme roteiro pré-definido pela Faculdade. Cada trabalho deverá ser precedido de fundamentação teórica, permitindo ao aluno conhecer, analisar e relacionar as várias teorias e autores sobre determinado assunto. A redação final do trabalho deverá seguir às normas da ABNT e a formatação geral deverá seguir as orientações descritas no documento Guia de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos do Senac-SC. O trabalho concluído deve ser entregue para o docente da disciplina integradora responsável pela monitoria da atividade complementar.

Compete a Coordenação do Curso informar o conceito final a Secretaria Acadêmica da Faculdade, para fins de lançamento no histórico escolar.

3.3 INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO À FLEXIBILIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS

a) Implantação de disciplinas a distância nos cursos superiores de tecnologia

No contexto social, cabe ao Senac-SC assimilar os novos procedimentos advindos das novas tecnologias e usá-los a serviço de seus alunos, como possibilidade de ampliação dos conhecimentos e utilização de novos recursos. Os cursos superiores reconhecidos nas Faculdades Senac-SC terão 20% da sua carga horária total dos cursos, via educação à distância, obedecendo às bases legais estabelecidas pelo Ministério da Educação e coordenados pela Mantenedora.

Disciplinas integrantes nas matrizes curriculares oferecidas na modalidade à distância oferecem ao aluno a flexibilidade de tempo e espaço e espaço físico para o seu desenvolvimento, satisfazem as necessidades de formação e qualificação profissional exigidas pelo mundo contemporâneo, desenvolvem a disciplina e a autonomia dos alunos e contribuem para o aumento das possibilidades de acesso à educação.

Para cada uma das disciplinas dos Cursos Superiores de Tecnologia do Senac-SC oferecidas à distância, serão formados grupos de 50 alunos no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Cada grupo terá o seu espaço próprio no ambiente virtual e o atendimento será realizado por um tutor, com carga horária de 20 horas semanal ou proporcional ao número de alunos.

A comunicação entre alunos, professores, tutores e coordenação de curso será baseada em meios eletrônicos. Além disso, para o desenvolvimento das disciplinas na modalidade à distância está previsto dois encontros presenciais: aula inaugural e avaliação presencial da aprendizagem.

Para o oferecimento das disciplinas à distância o aluno terá apoio de um ambiente virtual de aprendizagem, de uma equipe tutorial na Mantenedora e equipes de apoio nas Mantidas.

b) Certificações intermediárias

Todos os cursos superiores de tecnologia oferecerão certificações intermediárias aos alunos, na medida em que o perfil profissional de conclusão estiver sendo formado.

3.4 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS

A matrícula de aluno não regular, o aproveitamento de estudos e/ou experiências anteriores e as disciplinas oferecidas na modalidade a distância são as oportunidades diferenciadas que as Faculdades de Tecnologia Senac oferecem ao discente para a integralização dos cursos.

a) Aluno não regular

Um aluno poderá estar vinculado a uma disciplina e não a determinado curso, de acordo com normativas institucionais e, posteriormente, após matriculado, validar as disciplinas já cursadas. Serão três disciplinas ofertadas por semestre para aluno não regular. A matrícula deve ser realizada no prazo estabelecido no calendário acadêmico.

b) Aproveitamento de estudos e/ou competências

Compreende o conhecimento adquirido na educação profissional em outras instituições de ensino ou em competências desenvolvidas, inclusive no trabalho.

O aproveitamento de estudos e/ou competências poderá ser solicitado pelo aluno na Secretaria Acadêmica no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico, acompanhado da documentação pertinente para sua comprovação. Em ambos os casos, o processo é deferido pela coordenação do curso que deve também definir as disciplinas objeto de adaptações, observando a legislação pertinente e as normativas institucionais.

Enquanto o processo está em tramitação e até parecer final, os alunos deverão freqüentar as aulas e realizar atividades acadêmicas da disciplina específica.

Para os casos de solicitação de aproveitamento de competências adquiridas no trabalho o aluno deverá realizar uma avaliação para verificação dos conhecimentos adquiridos, por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora, composta pelo coordenador do curso, pelo docente da disciplina e por mais um docente do eixo, designado pelo coordenador do curso.

O aluno que tenha realizado estudos em outras instituições de ensino superior pode requerer validação de disciplina, desde que haja identidade ou equivalência de disciplina e que corresponda pelo menos 75% (setenta e cinco por

cento) da ementa e da carga horária que o aluno deveria cumprir no curso da Faculdade Tecnologia Senac, conforme legislação e regulamento pertinentes.

3.5 AVANÇOS TECNOLÓGICOS

a) A educação a distância

O Senac-SC, desde a sua criação, consolidou grandes resultados com a oferta de cursos nas modalidades presencial, a distância e semi-presencial. Na sua história de formação profissional muitas foram as mudanças ocorridas em diversos contextos, passando de cursos de formação básica aos cursos de pós-graduação. O caráter diversificado da atuação exigiu a criação de uma visão mais ampla sobre a realidade que cerca a organização.

O Senac EaD tem como objetivo atender as demandas internas e externas de criação, implantação, avaliação de cursos e ampliação de projetos em seus diversos níveis de ensino, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases/96, através do artigo 80 que "estabelece a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada". Isso significa um ganho em qualidade e agilidade nos cursos com a possibilidade de implantação de cursos e disciplinas a distância, desde que, não ultrapasse os 20% previstos na Legislação.

O Senac EaD tem como ações previstas a elaboração de cursos semi-presenciais e a distância; a implantação, acompanhamento e avaliação dos cursos de EAD desenvolvidos no setor; ampliação das ações das Teleconferências; produção e oferta de cursos de EAD; elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação das disciplinas a distância dos cursos superiores de tecnologia; elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação dos componentes comuns nos cursos técnicos oferecidos a distância e acompanhamento dos cursos de EAD oferecido pelo Departamento Nacional do Senac.

As ações à distância são implementadas através do Ambiente Virtual de Aprendizagem *Moodle* que possui características que atendem a necessidade para implementação dos projetos.

b) Utilização do ambiente virtual de aprendizagem (LMS – Learning Management System) - Moodle

Os docentes responsáveis pela disciplina integradora da atividade complementar de caráter interdisciplinar, os docentes responsáveis pela disciplina integradora do último semestre do curso, os docentes das disciplinas a distância e outros docentes interessados utilizarão o Moodle, sistema hospedado no servidor próprio do Senac Santa Catarina, na mantenedora.

O sistema coloca à disposição de seus usuários diversos recursos, entre eles a seleção de seus principais recursos, com vistas a subsidiar um processo de aprendizagem reflexivo e participativo, a clareza e simplicidade da interface gráfica, já que o ambiente permite inúmeras formas de organização da tela e adequação às especificidades dos cursos oferecidos pelo Senac Santa Catarina e a uniformidade da interface para todos os cursos em todas as Faculdades do Senac Santa Catarina.

O sistema Moodle é uma tecnologia que possibilita aos docentes e alunos:

- acompanhar a agenda de eventos e notícias da disciplina e do curso através do box apresentações e fóruns de avisos;
- trocar informações e mensagens entre os docentes e alunos e alunos entre si, através de fóruns, correio e participantes.
- realizar e encaminhar as atividades para o desenvolvimento das aulas, tanto as individuais como as coletivas através de fóruns; tarefas, chat, wiki, diário e enquete.
- acessar textos e informações encaminhados pelo docente, em arquivos.

O Moodle faculta à tutoria a edição de matérias e atividades no ambiente de forma a atender às necessidades previstas e às necessidades que surjam durante a efetivação das aulas, caracterizando a flexibilidade na adequação de cada atividade.

c) Laboratório específico para operacionalizar a metodologia do último semestre do curso

Para elaborar o Trabalho de Conclusão do Último Semestre - TCS, na última fase do curso, os alunos terão suas aulas em sala especial, equipadas com um computador para cada equipe de alunos com acesso à internet. Com layout específico, as salas serão estruturadas em mesas redondas para viabilizar o trabalho em equipe.

d) WEB Educação

A web aluno é um dos softwares disponíveis para os alunos e docentes e tem como objetivo integrar e controlar os dados Acadêmicos e Financeiros.

A ferramenta oferece aos alunos a consulta sobre frequência (faltas) e conceitos, a visualização do histórico escolar para fins de conferência, a emissão boleto bancário e a possibilidade de acessar os materiais disponibilizados pelos docentes.

Os docentes podem gerenciar os conceitos dos alunos, a freqüência e disponibilizar os materiais da disciplina que lecionam.

A web aluno está disponível para a comunidade acadêmica na página eletrônica: www.sc.senac.br.

e) PERGAMUM – Sistema Integrado de Bibliotecas

O PERGAMUM - Sistema Integrado de Bibliotecas - é um recurso informatizado de gerenciamento de Bibliotecas que contempla as sua principais funções, desde o processo de aquisição ao empréstimo, utilizando o formato MARC 21 como padrão para intercâmbio de informações bibliográficas.

O sistema permite a participação em uma rede compartilhada com 145 Instituições como Universidades, Faculdades, Centros de Ensino de 1º e 2º graus, assim como empresas, órgãos públicos e governamentais.

O usuário pode pesquisar e recuperar registros on-line de forma rápida e eficiente, agilizando o processo de catalogação em até 70%.

Dentre as inúmeras ferramentas que o sistema dispõe estão os acessos pela Internet, que possibilitam:

- Consulta ao catálogo: pesquisa por autor, título e assunto, pesquisa booleana, pesquisa por autoridades, material incorporado ao acervo, consulta às coleções de periódicos (*Kardex*).
- Cadastro de comentários e sugestões de aquisição.
- Consulta de material pendente, histórico de empréstimo, débitos, aquisições vinculadas à área de interesse (Disseminação Seletiva de Informação - DSI).
- Reserva.
- Renovação.
- Visualização de sumários.

- Solicitação de compra de materiais (apenas para pessoas autorizadas), acompanhamento do processo de aquisição pelo solicitante.
- Interação on-line com fornecedores no processo de licitação.

4 CORPO DOCENTE

4.1 REQUISITOS DE TITULAÇÃO

Para atuação nos cursos de graduação, a Faculdade deverá ter a seguinte composição de docentes:

- No mínimo 60% (sessenta por cento) dos docentes de cada curso com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto senso, e destes pelo menos 50% (cinquenta por cento) doutores.
- Os demais docentes de cada curso com titulação mínima de pós-graduação lato-sensu.

Os títulos exigidos pela Faculdade de Tecnologia SENAC para o ingresso na carreira docente deverão ser expedidos por instituições legalmente credenciadas no país.

Os títulos obtidos no exterior, para serem aceitos pela Faculdade de Tecnologia SENAC, deverão ser reconhecidos ou validados, de acordo com as normas legais vigentes.

4.2 EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA

A experiência no magistério superior exigida deverá ter a seguinte composição:

- No mínimo 70% (setenta por cento) dos docentes de cada curso com, pelo menos, 3 anos de experiência acadêmica na educação superior ou na educação profissional.
- Os demais docentes de cada curso com experiência mínima, no magistério, superior de 2 (dois) anos.

A experiência profissional fora do magistério exigida deverá ter a seguinte composição:

- No mínimo 70% (setenta por cento) dos docentes de cada curso com, pelo menos, 5 anos de experiência profissional.
- Os demais docentes de cada curso com experiência mínima, profissional, superior a 2 (dois) anos.

4.3 OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

A estrutura de suprimentos de Recursos Humanos da Administração Regional/Mantenedora tem por finalidade apresentar detalhadamente os fluxos e os procedimentos das ações que integrem o ciclo de vida funcional dos colaboradores da Instituição para agilizar a tomada de decisão em cada etapa do processo, de competências e de responsabilidades.

O processo de seleção de docentes, cujos profissionais são os principais responsáveis pelo processo de execução das ações de educação profissional, é executado por uma comissão, formada pelo Coordenador do Núcleo de Educação Superior, Coordenador de Curso e Pedagogo, sob a responsabilidade do primeiro com o acompanhamento da Divisão de Recursos Humanos da Administração Regional/Mantenedora.

São avaliados itens como: a formação acadêmica, a experiência profissional em sua área de conhecimento, a experiência na docência, a capacidade de se comunicar e de se relacionar com alunos, o domínio do conteúdo, as práticas pedagógicas, a capacidade de esclarecer as dúvidas dos alunos e a capacidade de traduzir a teoria na prática. São profissionais com comprovada qualificação acadêmica e experiência profissional na área de conhecimento em que se inserem as disciplinas por eles ministradas.

Uma vez selecionado o candidato, bem como, o seu perfil funcional avaliado, a próxima etapa é a admissão. O Núcleo Administrativo e Financeiro, Setor de Recursos Humanos da Faculdade e a Divisão de Recursos Humanos da Administração Regional/Mantenedora são os responsáveis pelo processo de contratação do docente.

Além de efetivar a contratação, o objetivo desse processo é providenciar a documentação necessária ao exercício da função, orientar e oferecer os benefícios de direito do colaborador e incluí-lo no controle de ponto diário. O rol de documentos, bem como a ficha cadastral/funcional está à disposição na Intranet na página da Divisão de Recursos Humanos.

A Integração dos docentes é realizada por meio do processo de ambientação, permitindo a sistematização do repasse de informações ao novo contratado, auxiliando no seu processo de adaptação e desenvolvimento. Esse processo destina-se a absorção de informações a respeito da instituição: sua história, seus objetivo, áreas de atuação, arquitetura organizacional, o plano de curso, planos de ensino, instruções sobre o processo ensino-aprendizagem, perfil do aluno, entre outras.

4.4 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

a) Políticas de qualificação

As principais políticas institucionais de qualificação para o desenvolvimento docente são:

Incentivo institucional à obtenção de grau acadêmico mediante:

- Bolsa para graduação, especialização, mestrado e doutorado de acordo com as políticas vigentes;
- Flexibilidade da jornada de trabalho visando à obtenção de titulação acadêmica.
- Disponibilização de recursos e infra-estrutura da instituição, tais como: laboratórios, equipamentos de informática, ambiente de trabalho, bibliotecas, etc.
- Estudo de viabilidade de empréstimos financeiros para crédito educativo concedidos pela instituição, mediante contratos previamente assinados entre os beneficiados e o Senac.

Incentivo ao desenvolvimento profissional, mediante:

- Participação em seminários, congressos, simpósios, visitas técnicas, eventos nacionais e internacionais, de acordo com as políticas vigentes.
- Oferta sistemática de programas para o desenvolvimento de competências didáticas através de oficinas temáticas, cujo objetivo é subsidiar o docente para o novo modelo de educação profissional, através de referências teóricas e metodológicas, caracterizando o

que muda: no planejamento, na escolha metodológica e na avaliação, numa prática de educação por competência; através de encontros técnicos, cujo objetivo é discutir as questões relacionadas à especificidade da área e avaliar o desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

- Acesso individualizado dos docentes aos recursos tecnológicos.
- Sistematização de ações voltadas à obtenção de financiamentos externos para o aperfeiçoamento profissional dos docentes e para a obtenção de recursos para pesquisa.
- Concessão de auxílios para a execução de projetos específicos de pesquisa e desenvolvimento.
- Intercâmbio com instituições científicas estimulando contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos em comum.
- Divulgação dos resultados das pesquisas realizadas nos cursos superiores.
- Assinatura de convênios com instituições educacionais nacionais e internacionais, com o intuito de intercambiar docentes e publicações e organizar núcleos de pesquisa conjunta.
- Criação de ambientes virtuais de discussão entre docentes da instituição.
- O Programa de Desenvolvimento de Educadores – PDE é dirigido aos docentes e tem como objetivo principal oferecer subsídios teóricos e metodológicos para que os docentes, em sua maioria com formação técnica, tenham um novo pensar sobre sua prática pedagógica. Será desenvolvido, juntamente com a mantenedora, um curso de pós-graduação lato sensu, com o objetivo de fornecer fundamentos teóricos e metodológicos para o docente ser capaz de adotar práticas pedagógicas coerentes com os princípios filosóficos e teórico-metodológicos que subsidiam o processo de ensino-aprendizagem da educação superior do Senac/SC, e compreender quais são os elementos que intervêm num processo de aprendizagem e, assim, possibilitar aos docentes adotar práticas pedagógicas que potencializariam a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

Além dessas ações e independentemente da carga horária de trabalho, todo o corpo docente tem a possibilidade de participar como bolsista dos diversos

programas de aperfeiçoamento e atualização nas diversas áreas ofertadas pelo SENAC Nacional, Departamento Regional e Faculdade.

b) Plano de Carreira

O Senac/SC possui desde 1998 o Plano de Cargos e Salários homologado pela Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina. Alterações são realizadas constantemente com a finalidade de reestruturação do seu Plano de Cargos e Salários, tornando-o desta forma um instrumento mais adequado a sua atual necessidade.

A reestruturação do Plano de Cargos e Salários consiste na criação, extinção e reformulação de cargos, bem como, a inclusão da Carreira de Docentes.

Após a implantação desta nova estrutura o universo ocupacional do Senac/SC foi segmentado em 2 (dois) grandes grupos e 5 (cinco) carreiras, distintos, conforme abaixo:

- Grupo I – Horistas: fazem parte deste Grande Grupo todas as funções vinculadas diretamente ao processo de docência (Carreira I – Carreira Docente);

- Grupo II – Mensalistas: fazem parte deste Grande Grupo todas as demais funções não classificadas no Grupo anterior (Carreira II – Carreira Gerencial; Carreira III – Carreira nível Superior; Carreira IV – Carreira Nível Técnico/Administrativo Carreira V – Carreira de Apoio Operacional).

A Avaliação de Funções distinta por grande Grupo é a seguinte:

- Horista: escalonamento hierárquico em função do nível de ensino ministrado (Básico, Técnico e Tecnológico);

- Mensalista – sistema de Avaliação por Pontos.

A Tabela Salarial do Grupo I está dividida em 3 (três) classes e a do Grupo II está dividida em 12 (doze) classes salariais. Cada uma das classes está dividida em níveis salariais, a fim de possibilitar a negociação, ingresso e a progressão dos colaboradores, de acordo com a sistemática que vier a ser estabelecida.

O novo contrato permite que o Orientador de Curso perceba até três valores hora/aula distintos, conforme nível em que estiver atuando: Básico, Técnico e Tecnológico.

O Orientador de Curso que assumir a função de Coordenador de Curso perceberá o mesmo valor hora definido no contrato, de acordo com o nível de docência do curso que estiver coordenando, mais a sua respectiva titulação. Além disto, lhe será paga uma Gratificação de Coordenação, conforme definido na Tabela Salarial. A gratificação de coordenação deverá ser oficializada através de Portaria.

A Titulação Acadêmica é o valor a ser pago ao Orientador de Curso, correspondente a um percentual incidente sobre o piso salarial do respectivo nível de docência, a cada grau acadêmico conquistado, conforme Quadro 1:

NÍVEL DE DOCÊNCIA	GRÁU ACADÊMICO			
	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	PÓS-DOUTORADO
BÁSICO	12	24	36	48
TÉCNICO	12	24	36	48
TECNOLÓGICO	12	24	36	48

Quadro 1 – Relação entre nível de docência e grau acadêmico

As horas de reuniões técnicas, pedagógicas ou de conselho de classe, desenvolvidas fora da sala de aula serão remuneradas com o mesmo valor hora-aula definido no contrato. Entretanto, serão limitadas a 16% (dezesseis por cento) da carga horária da turma, dividido igualitariamente pelo número de orientadores de curso constante na mesma.

c) Regime de Trabalho

O regime de trabalho adotado pelo Senac Santa Catarina é o celetista. Regido pelo Direito do Trabalho e disciplinado pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. A carga horária mensal dos orientadores de curso é determinada através do Relatório Inicial de Atividade (RIA), onde são constatadas, mensalmente, a distribuição das mesmas em relação à carga horária total do curso ou do eixo temático/disciplina, sendo os valores percebidos norteados pelo Plano de Cargos e Salários.

4.5 Procedimentos para substituição eventual dos docentes do quadro

O acompanhamento do processo ensino-aprendizagem para a graduação é realizado por meio de indicadores de qualidade, entendidos aqui como medidas que quantificam o resultado do processo.

Para cada indicador são definidas as metas, estabelecendo dessa forma, níveis de qualidade coerentes com a política da educação profissional e tecnológica do Senac/SC. Inseridos nesse processo estão os critérios de qualidade relacionados ao desempenho do docente na sua prática pedagógica.

Os critérios de avaliação pedagógica do docente monitorados por indicadores são:

- Avaliação Docente (preenchida pelo discente);
- Acompanhamento pedagógico da atividade docente (realizado pela pedagoga);
- Avaliação institucional;
- Verificação da prática docente referente ao uso de indicadores de aprendizagem na avaliação de aprendizagem, o retorno dado ao aluno a respeito de seu desempenho nas avaliações, adoção da rubrica;
- Participação docente em reuniões.

O processo de Acompanhamento Pedagógico da Atividade Docente é de responsabilidade da assessoria pedagógica das Faculdades, mas seu campo de aplicação envolve o Diretor, a Coordenação Núcleo Educacional, o Coordenador de curso e a Pedagoga. O objetivo é acompanhar a prática docente visando analisar a metodologia empregada, a interação entre esse e o aluno e os instrumentos de avaliação; orientar o docente quanto às atividades pedagógicas necessárias e pertinentes às situações diagnosticadas e melhorar o seu desempenho em sala de aula.

4.6 TABELA IX - cronograma de expansão do corpo docente, considerando o período de vigência do PDI

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Graduação	CLT - Horista	-	-	-	-	-
Especialista	CLT - Horista	16	18	20	20	24
Mestre	CLT - Horista	12	13	15	15	18
Doutor	CLT - Horista	12	14	15	15	18

5. CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

5.1 OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

Os processos seletivos realizados pelo Senac em Santa Catarina têm como norteador a avaliação por competências. Portanto, as competências técnicas e comportamentais são indicadores objetivos e essenciais para avaliação dos candidatos. As etapas de avaliação: análise curricular, prova de conhecimentos (gerais e/ou específicos ou práticas), dinâmica de grupo e entrevista por competências, visam mensurar as competências dos candidatos, necessárias aos cargos. As etapas de Análise Curricular e de Provas de Conhecimentos (gerais e/ou específicos ou práticas) indicam o grau de competência técnica, assim como a Dinâmica de Grupo e a Entrevista por Competências servem para analisarmos os indicadores das competências comportamentais dos candidatos.

O Senac/SC possui desde 1998 o Plano de Cargos e Salários homologado pela Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina.

O conjunto de ocupações existentes no Senac abrange desde as formas de trabalho ligadas a serviços manuais, sem exigência de experiência anterior, até aquelas de caráter técnico e/ou gerencial, que exigem uma qualificação especializada.

Como mencionado anteriormente, o Plano de Cargos e Salários, a partir de sua reestruturação foi segmentado em dois grandes grupos e cinco carreiras distintas. Destas quatro se referem ao corpo técnico administrativo:

a) Carreira I - Funções gerenciais: estas funções são típicas de ocupantes que respondem pela gestão de uma unidade organizacional da Empresa, cuja atividade demanda vasta experiência no campo profissional, habilidade, discernimento, vivência gerencial e normalmente, formação universitária.

b) Carreira II - Funções de nível universitário: estas funções são ocupadas por profissionais graduados em escolas de nível superior, que em geral desenvolvem estudos ou executam trabalhos altamente qualificados e para os quais não existe, necessariamente, uma linha de ação específica nem pré-definida.

c) Carreira III – Funções de nível técnico/administrativo: fazem parte deste grupo, as funções que envolvem análise ou execução de atividades que requerem ou indicam a conveniência de escolaridade em nível de ensino médio, bem como aquelas nas quais os ocupantes se dedicam a atividades típicas de apoio administrativo.

d) Carreira IV - Funções de apoio operacional: enquadram-se neste grupo as funções que englobam atividades que dispensam formações escolares específicas, caracterizadas mais pela destreza e habilidade, incluindo, em alguns casos, a necessidade de aplicação de conhecimentos metodicamente adquiridos através de cursos de formação ou de treinamento, acrescidos de experiência específica.

5.1.1 Os Perfis Funcionais

Os Perfis Funcionais foram baseados em questionários preenchidos pelos funcionais e sofreram um processo de padronização a fim de se adequar à realidade de cada uma das unidades organizacionais do Senac/SC. Seguiu-se a isso um esquema cujo objetivo foi o de reunir o maior número de atividades de mesma natureza em uma mesma função.

Optou-se por uma estrutura que contasse com um número de funções equilibrado para facilitar a sua administração, assegurando níveis convenientes de generalização, sem, contudo, perder a sua identidade.

O modelo de Perfil Funcional adotado tem a forma básica no Quadro 2:

Identificação da função	Objetivo	Principais atividades	Especificação
Denominação que reflete o conteúdo ocupacional da função, Área Funcional, Codificação, Classe Salarial e Carga Horária.	Explicitação do porquê da existência da função.	Caracterização das atividades de mesma natureza e avaliadas dentro de uma mesma amplitude de pontos (mesma classe salarial).	Descrição das características da função e dos requisitos demandados para o seu desempenho.

Quadro 2 – Modelo de perfil funcional

5.1.2 Avaliação de Funções

O processo de avaliação adotado é o Sistema de Pontos. Essa sistemática propicia maior grau de objetividade ao processo de avaliação, uma vez que são apreciados, conjugadamente, fatores criados especificamente em função dos conteúdos ocupacionais analisados.

Estes fatores de avaliação estão ponderados estatisticamente com base em índices de análise de regressão múltipla, influenciados pelo comportamento do mercado de trabalho e pela importância relativa de cada um deles para o Senac/SC. A consistência do resultado da avaliação é obtida fundamentalmente pela apreciação de cada um dos fatores comparativamente a todos os outros que compõem a Chave de Avaliação. O somatório dos pontos dos fatores determinará a posição relativa da função dentro da estrutura.

Os fatores considerados na Chave de Avaliação de Funções do Senac-SC, suas amplitudes de pontos e participação percentual no total de pontos estão apresentados no Quadro 3.

FATORES	GRAUS	MENOR PONTO	MAIOR PONTO	%
A.1 - Instrução	5	4	54	7,52
A.2 - Experiência	8	5	74	10,31
A.3 - Nível de Proficiência	5	4	63	8,77
A.4.1 - Habil.Coord.de Pessoas	5	4	67	9,33
A.4.2 - Habil.Coord.Planejamento	4	4	65	9,05
B.1 - Originalidade e Criatividade	4	4	66	9,19
B.2 - Autonomia/Liberdade Ação	5	5	71	9,89
B.3 - Repercussão	5	5	69	9,61
C.1 - Contatos	5	5	68	9,47
C.2 - Supervisão de Pessoas	6	4	57	7,94
D.1.1 - Esforço Mental	4	3	44	6,13
D.1.2 - Tensão Visual	4	1	20	2,79

Quadro 3 – Fatores da chave de avaliações de funções

5.2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

5.2.1 Políticas de Qualificação

No Senac/SC existe uma política institucional de aprimoramento dos seus colaboradores que contribuí para o desenvolvimento profissional e para o desenvolvimento institucional, bem como, busca sua efetiva participação num processo de transformação e adequação da Faculdade diante das demandas impostas pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia, através da oferta de capacitação atendendo às necessidades detectadas.

A Divisão de Recursos Humanos tem como atribuição programar, realizar e subsidiar a participação em fóruns, oficinas, cursos, palestras e outros eventos com o intuito de atender o desenvolvimento profissional, na perspectiva de proporcionar aos colaboradores conhecimentos, habilidades e atitudes para melhor desempenho de suas atividades e contribuir para o desenvolvimento institucional.

São promovidos programas e oficinas, sendo que partes destes programas são desenvolvidos e ministrados por profissionais da própria Instituição. Nestes programas, são atendidos profissionais de diferentes Unidades, incluindo as Faculdades, e estão voltados para as áreas de educação, administrativa, comportamental específica por cargos e funções. A DRH conta com a colaboração de alguns profissionais atuando como facilitadores através de parcerias com as Direções e outras Instituições Públicas e privadas, com o objetivo de atingir com excelência os seus objetivos.

A política de qualificação do Senac/SC atende aos seguintes objetivos, pressupostos básicos e diretrizes:

a) Objetivos:
   - Desenvolver as competências essenciais para a gestão estratégica dos negócios.
   - Difundir os valores e a cultura do SENAC-SC, contribuindo para sua revisão, revitalização contínua e elevando o nível de consciência das pessoas.
   - Incentivar a educação continuada.
   - Estimular a participação dos Gestores no processo de aprendizagem das equipes.

- Estimular a aprendizagem cooperativa por meio da formação de grupos de estudo.
- Estimular a compreensão dos valores pessoais e seu alinhamento com os valores organizacionais.
- Estimular e promover a educação formal.
- Promover a gestão do conhecimento em áreas estratégicas para a gestão educacional.
- Estruturar atividades de auto-educação para o desenvolvimento das competências essenciais.
- Promover a qualidade de vida no trabalho.

b) Pressupostos básicos:

- O desenvolvimento de Colaboradores do SENAC-SC é um objetivo estratégico.
- Os Gestores estão diretamente envolvidos no processo de aprendizagem, compartilhando as estratégias da Organização com suas equipes, facilitando e acompanhando a implementação das experiências de aprendizagem.
- Os Colaboradores compreendem que são responsáveis por sua própria aprendizagem, buscando-a sempre de forma contínua.
- A política de qualificação está baseada na busca de competências essenciais para a Organização, entendendo por competências a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessárias para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.
- A política de qualificação utiliza e integra toda a infra-estrutura, recursos e competências educacionais e tecnológicas do SENAC-SC, além de recursos externos de natureza diferente.
- Ações de comunicação são adotadas para tornar toda a Organização consciente dos objetivos, pressupostos e benefícios da política de qualificação.

c) Diretrizes:

- Respeitar e valorizar a individualidade e as experiências dos participantes.

- Identificar e desenvolver as potencialidades dos participantes.
- Desenvolver o saber aprender, saber fazer, saber ser e saber conviver, contribuindo para a elevação do nível de consciência das pessoas sobre o sentido do seu trabalho.
- Favorecer a discussão dos valores e práticas da Organização, buscando melhoria contínua.
- Desenvolver, principalmente por meio de grupos que compartilharão experiências, informação e conhecimentos utilizando educação presencial ou a distância.
- Estimular a complementação de estudos atendendo aos norteadores da educação de adultos, tais como, atender necessidades imediatas, permitir a auto-educação de adultos e estimular o pensamento crítico.
- Favorecer interações múltiplas com os diversos meios de acesso à informação e ao conhecimento.
- Elaborar o material didático com apoio direto das áreas interessadas nos seus resultados e por experiências e casos do SENAC-SC, baseado em problemas ou projetos reais.

5.2.2 Plano de Carreira

O Plano de Cargos e Salários vigente no SENAC/SC, como mencionado anteriormente, foi homologado pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT em 1998.

Este documento possibilitou a hierarquização dos cargos criando aos funcionários possibilidades de encarreiramento. Também, neste documento, podem ser encontradas as normas básicas para a ocorrência de algumas movimentações funcionais: promoção vertical, promoção horizontal, reclassificação e reenquadramento.

Norma de Movimentação Funcional Salarial

a) Finalidade: estabelecer os princípios gerais de movimentação funcional/salarial, visando subsidiar a administração do Plano de Cargos e Salários.

b) Abrangência: abrange todas as unidades e empregados do SENAC, Departamento Regional de Santa Catarina.

c) Enquadramento funcional:
   - Geral: a classificação das funções na Tabela de Salários é determinada através da análise e avaliação das atividades desempenhadas pelos empregados, utilizando-se os fatores e pontos previstos no Sistema de Avaliação de Funções.
   - Função gerencial: a) para os empregados que, na data da implantação do Plano de Cargos e Salários ou posteriormente, na data da designação, estejam percebendo salário base menor do que o salário base inicial previsto para a função, será paga uma Diferença Salarial, permanecendo inalterados seu nível salarial e classificação funcional; b) essa diferença será incorporada ao seu salário base em até 10 (dez) anos, a razão de 10% (dez por cento) ao ano, a partir do primeiro ano de sua designação, contados a partir da implantação do Plano de Cargos e Salários. Se o novo salário base, calculado pela aplicação do percentual acima não coincidir com um nível da tabela de Salários, será dado o nível com valor imediatamente superior, limitado, no entanto, a amplitude salarial correspondente a sua carreira de origem. Cessada a designação, o empregado assume automaticamente o cargo/função de origem, observado o dimensionamento do Quadro de Lotação; c) para a contagem e acumulação de tempo de Direção visando a incorporação da Diferença Salarial, conforme previsto no subitem anterior, serão consideradas as designações interinas, desde que superiores a 6 (seis) meses.

d) Enquadramento salarial: a classe salarial de cada função será determinada pelo intervalo de pontos obtidos na avaliação funcional, conforme enquadramento funcional.

e) Gratificação de função: ao empregado designado para exercer a função gerencial, será pago um percentual incidente sobre o piso de uma das classes da Tabela de Salários, conforme Quadro 4:

NÍVEL	FUNÇÃO	CLASSE	%
1	Diretor Regional	12	73
2	Diretor de Divisão, Assessoramento ou Nível Hierárquico equivalente	11	37,02
3	Diretor de Faculdade de Tecnologia ou Nível Hierárquico equivalente	10	35,18
4	Diretor de Unidade de Formação Profissional ou Nível Hierárquico equivalente	9	29,67
5	Diretor Adjunto de Faculdade de Tecnologia	8	15
6	Coordenador de Núcleo de Unidade	7	5

Quadro 4 – Percentual de gratificação das funções
Nota: Esta gratificação será paga enquanto persistir a designação para a função de confiança.

f) Promoção vertical:

- Formas de promoção vertical: a) Promoção Vertical a pedido das Unidades; b) promoção Vertical decorrente de processo seletivo interno.
- Competência: a) solicitação: será de competência da Direção da Unidade solicitar ao Diretor Regional, a promoção vertical de seus empregados, cabendo a este encaminhar os pedidos à Direção da Divisão de Recursos Humanos; b) análise: será de competência da Divisão de Recursos Humanos analisar e emitir parecer sobre a viabilidade da promoção vertical; c) aprovação: será de competência do Diretor Regional aprovar as promoções verticais propostas pela Divisão de Recursos Humanos.
- Condições para concessão da promoção vertical: a Divisão de Recursos Humanos deverá considerar os quesitos abaixo descritos na análise dos pedidos de promoção vertical: a) existência de vaga prevista no Quadro de Lotação; b) que o empregado indicado preencha os requisitos mínimos da função proposta, definidos na Caracterização do Perfil Funcional; c) a promoção vertical do empregado só será efetivada após o período de experiência de 90 (noventa) dias na nova função.
- Disposições gerais: a) na Promoção Vertical o empregado deverá ocupar o nível salarial inicial da função a que for promovido. Caso o empregado já receba salário igual ou superior ao mínimo previsto para a nova função, seu enquadramento salarial dar-se-á no nível salarial imediatamente superior àquele em que estava enquadrado;

b) caso o empregado indicado à Promoção Vertical a pedido da Unidade não atenda plenamente aos requisitos mínimos previstos na Caracterização do Perfil Funcional, a Divisão de Recursos Humanos poderá, analisado caso a caso, estudar e propor um enquadramento provisório, aquém do definitivo, desde que este procedimento não fira dispositivos legais, ressalvadas as promoções para funções gerenciais e para as funções exigidas de escolaridade em nível superior; c) deverão ser observados os dispositivos estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, assim como os Acordos Coletivos de Trabalho – ACT, firmados com o(s) Sindicato(s) representativo(s) da Classe.

g) Promoção horizontal:

- Formas de promoção horizontal: a) promoção Horizontal por Merecimento: será implementada através de subsídios gerados por processo de Avaliação de Desempenho dos empregados, dentro de padrões e critérios que vierem a ser aprovados e adotados pela Direção Regional; b) promoção Horizontal por Antigüidade: será implementada de conformidade com a legislação vigente.
- Competência: a) solicitação: será de competência da Direção da Unidade solicitar ao Diretor Regional, a promoção horizontal por merecimento dos empregados lotados nos seus respectivos órgãos, cabendo a este encaminhar os pedidos à Direção de Recursos Humanos. Será de competência da Divisão de Recursos Humanos propor ao Diretor Regional a promoção horizontal por antigüidade dos empregados da Entidade; b) análise: será de competência da Divisão de Recursos Humanos analisar e emitir parecer sobre a viabilidade da promoção horizontal por merecimento; c) aprovação: será de competência do Diretor Regional aprovar as promoções horizontais propostas pela Divisão de Recursos Humanos.
- Condições para concessão da promoção horizontal: a Divisão de Recursos Humanos deverá considerar os quesitos abaixo descritos na análise dos pedidos de promoção horizontal: a) permanência do empregado na mesma função e/ou nível salarial por no mínimo 12 (doze) meses; b) que o empregado não tenha tido, nos últimos 12 (doze) meses, mais de 3 (três) faltas não justificadas, ou atrasos

que, somados, atinjam a esse limite; c) que o empregado não tenha tido nenhuma falta disciplinar (advertência por escrito ou suspensão) nos últimos 12 (doze) meses; d) nenhuma promoção horizontal será concedida ao empregado enquadrado no último nível salarial de sua classe ou posicionado acima dela.

- Disposições gerais: a) a concessão das promoções horizontais será feita, alternadamente, por merecimento e por antigüidade; b) anualmente, o Conselho Regional aprovará dotação orçamentária específica para a concessão de promoções horizontais, de acordo com as disponibilidades financeiras da Entidade, cabendo à Divisão de Recursos Humanos, o rateio proporcional do valor aprovado, entre as Unidades formais que compõem a estrutura organizacional do Senac/SC; c) o pagamento da promoção horizontal por antigüidade será feito em rubrica separada, integrando o salário base para todos os efeitos; d) nenhuma promoção horizontal será concedida ao empregado enquadrado no último nível salarial de sua classe ou posicionado acima dele; e) deverão ser observados os dispositivos estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, assim como os Acordos Coletivos de Trabalho - ACT, firmados com o(s) Sindicato(s) representativo(s) da Classe.

h) Reclassificação:

- Competência: a) solicitação: será de competência da Direção da Unidade solicitar ao Diretor Regional a reclassificação de seus empregados, cabendo a este encaminhar os pedidos à Direção da Divisão de Recursos Humanos; b) análise: será de competência da Divisão de Recursos Humanos analisar e emitir parecer sobre a viabilidade da reclassificação; c) aprovação: será de competência do Diretor Regional aprovar as aprovar as reclassificações.
- Condições para concessão da reclassificação: a Divisão de Recursos Humanos deverá considerar os quesitos abaixo descritos na análise dos pedidos de reclassificação: a) que o empregado indicado preencha os requisitos mínimos da função proposta, definidos no Perfil Funcional; b) deverão ser observados os dispositivos estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, assim

como os Acordos Coletivos de Trabalho - ACT, firmados com o(s) Sindicato(s) representativo(s) da Classe.

i) Reenquadramento:

- Competência: a) solicitação: será de competência da Direção da Unidade solicitar ao Diretor Regional, o reenquadramento de seus empregados, cabendo a este encaminhar os pedidos à Direção da Divisão de Recursos Humanos; b) análise: será de competência da Divisão de Recursos Humanos analisar e emitir parecer sobre a viabilidade do reenquadramento; c) aprovação: será de competência do Diretor Regional aprovar os reenquadramentos propostos pela Divisão de Recursos Humanos.

j) Disposições gerais:

- Para os empregados que na data da implantação do Plano de Cargos e Salários não preencherem os requisitos mínimos de escolaridade, deverá ser adotado o seguinte procedimento: enquadramento funcional e salarial de acordo com esta norma, ficando o(s) empregado(s), no entanto, com esta situação imutável, enquanto não forem atendidas todas as exigências em termos de pré-requisitos para ocupação das funções.
- Movimentações funcionais/ salariais que não se enquadrem na presente norma serão analisadas pela Divisão de Recursos Humanos, a quem caberá os procedimentos de revisão e atualização do seu conteúdo, encaminhando para aprovação do Diretor Regional.

5.2.3 Regime de Trabalho

O regime de trabalho adotado pelo SENAC Santa Catarina é o celetista. Este regido pelo Direito do Trabalho, disciplinado pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. A carga horária mensal, dos técnicos administrativos, é determinada conforme necessidade e jornada de trabalho definida no Plano de Cargos e Salários.

5.3 TABELA X - CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO, CONSIDERANDO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI:

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Graduação	CLT	8	8	9	9	10
Especialista	CLT	3	3	2	1	1
Mestre	CLT	5	5	6	7	8
Doutor	CLT	-	-	-	-	1

6. CORPO DISCENTE

6.1 FORMAS DE ACESSO

O acesso à Faculdade de Tecnologia Senac-SC, dá-se por meio de processo seletivo em edital público, conforme legislação vigente.

6.2 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

6.2.1 Políticas de Atendimento Pedagógico ao Discente

Os alunos matriculados nos cursos superiores de tecnologia do Senac recebem atendimentos de diversos profissionais e instâncias, conforme segue:

a) Atendimento Pedagógico

Seguindo a política institucional de acessibilidade, o pedagogo acolhe o aluno, ouve seus anseios, reivindicações, dificuldades, e juntamente com o coordenador do curso, os docentes envolvidos e possíveis interessados procura encontrar soluções para as dicifuldades apresentadas. Caso essas dificuldades excedam as dificuldades referentes ao processo de ensino-aprendizagem os acadêmicos serão orientados a procurarem um serviço especializado.

Para oferecer esse apoio pedagógico, a instituição mantém, em seu corpo técnico administrativo, pedagogo, preferencialmente com especialização em psicopedagogia, que oferece atendimento individualizado, com horário agendado, ao docente e ao aluno. Assim, dificuldades relacionadas à aprendizagem poderão ser agendados com o pedagogo que, por sua vez, fará a intermediação entre aluno e docente. Os atendimentos serão registrados em formulário “Atendimento ao Aluno”.

Esse atendimento está estruturado em diferentes serviços:

b) Serviço de apoio da coordenação do curso

Os alunos serão atendidos pelo Coordenador do Curso, conforme agenda e horários disponibilizados no início dos semestres. As reclamações/sugestões/observações dos alunos relacionados à instituição e ao

processo ensino-aprendizagem serão encaminhadas ao coordenador do curso que as repassará aos setores responsáveis. Após acompanhar o tratamento dessas manifestações até sua resolução, retorna-as ao aluno para avaliar seu grau de satisfação com o atendimento e com a resposta da instituição.

Dependendo da gravidade e urgência do problema apresentado, é realizada uma análise crítica mais aprofundada e completa pelo coordenador do curso e pelos profissionais envolvidos. Reclamações de alunos, por exemplo, podem mobilizar reuniões entre eles e o docente, entre o coordenador do curso, o docente e a pedagoga, promovendo ações imediatas para a solução das dificuldades.

c) Conselhos de Classe

O Conselho de Classe é o mecanismo utilizado para tratar de problemas de aprendizagem e de relação docente e aluno, em cada turma específica. Serão realizados dois Conselhos de Classe por semestre: o primeiro, denominado Conselho de Classe Intermediário, após 40 dias letivos, antes da segunda reunião de planejamento e o segundo, denominado Conselho de Classe Final, após o término do semestre.

As reuniões deverão contar com a presença dos docentes, do pedagogo, do coordenador do curso, do coordenador do núcleo de educação superior, da secretária acadêmica e de um representante do corpo discente de cada turma. As reuniões do Conselho de Classe têm como objetivo avaliar o processo ensino aprendizagem, com ênfase nas práticas pedagógicas adotadas em sala de aula para construção do conhecimento, no relacionamento e comunicação com os alunos, no cumprimento da ementa e na aplicabilidade do conteúdo.

As reuniões do Conselho de Classe deverão ser convocadas e coordenadas pelo Coordenador do Curso. Para convocação e registro das decisões tomadas, o coordenador do curso deverá adotar a Ata de reuniões padrão, definida pela Instituição.

d) Monitoria das atividades complementares

Para o desenvolvimento das atividades complementares os alunos serão atendidos pelo docente da disciplina integradora e pelos docentes das outras disciplinas de cada semestre, com horários marcados e agendados previamente.

e) Web Educacional

A ferramenta Web Educacional possibilita a interação entre alunos e docentes, uma vez que facilita o acesso às informações referentes aos registros de aulas, aos conceitos, às freqüências, aos trabalhos acadêmicos, aos materiais de aula. Permite a promoção de fóruns de discussões e, além disso, o aluno poderá registrar sugestões, reclamações e opiniões em relação aos serviços da Faculdade.

6.2.2 Apoio Financeiro

Além de descontos nas mensalidades, os alunos recebem incentivos por meio de programas de bolsas de estudos, pesquisa e extensão e financiamentos estudantis, objetivando proporcionar o acesso ao ensino superior aos discentes que não possuem condições de custear as mensalidades de um curso de graduação. Este apoio Financeiro é contemplado pela participação do Senac/SC no Programa Universidade para Todos – PROUNI, no Financiamento Estudantil – FIES e no Programa Estadual de Bolsas do Art. 170 e Art.171.

a) Bolsa do Art. 170

As bolsas de estudo, pesquisa e extensão estão fundamentadas no Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina, visando beneficiar acadêmicos regularmente matriculados, que comprovem carência econômica. São oferecidos dois tipos de bolsa do Art. 170: a Bolsa de Estudo e a Bolsa de Pesquisa. O processo de seleção ocorre semestralmente e os acadêmicos requerentes a bolsa precisam preencher alguns requisitos para obtenção do benefício. Entre os requisitos destaca-se: estar regularmente matriculados em curso de graduação; comprovar renda *per capita* familiar igual ou menor que (03) três salários mínimos; não ter concluído curso de nível superior de graduação; não ter nenhum outro tipo de auxílio financeiro para estudar e se dispor a prestar no mínimo 20 (vinte) horas semestrais de "serviço voluntário", de acordo com o programa da Instituição.

b) Bolsas de estudos do Art. 171

O programa de bolsas de estudo, pesquisa e extensão do Artigo 171 é fomentado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, subsidiado pelo FUMDES –

Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior, por meio de um convênio com as Instituições de Ensino Superior e regulamentado pela Lei Complementar nº 407/2008.

Tipos de bolsa e suas especificidades:

Bolsas de Estudo para aluno:

- Economicamente carente;
- Regularmente matriculado em curso presencial de graduação;
- Tenha cursado todo o Ensino Médio em Unidade Escolar da Rede Pública ou em Instituição Privada com bolsa integral;
- Residir há dois anos no Estado de Santa Catarina

Bolsas de Pesquisa e Extensão para aluno:

- Tenha cursado todo o Ensino Médio em Unidade Escolar da Rede Pública ou em Instituição Privada com bolsa integral ou supletiva;
- Residir há dois anos no Estado de Santa Catarina.
- Regularmente matriculado em curso PRESENCIAL de graduação

Bolsas de Estudo

- Duração da Bolsa: pelo prazo de duração mínimo do curso de nível superior no qual o aluno está matriculado
- Valor da Bolsa: até dois salários mínimos vigente no mês de dezembro do ano anterior (corresponderá ao valor da mensalidade do curso)

Bolsas de Pesquisa e Extensão

- Duração da Bolsa: será concedida ao aluno pelo prazo de até 2 (dois) anos, com a possibilidade de prorrogação por apenas 1(um) ano.
- Valor da Bolsa: um salário mínimo vigente no mês de dezembro do ano anterior.

Bolsas para a Pós Graduação

- Duração da Bolsa: pelo prazo de duração MÍNIMA do curso de pós graduação no qual o aluno está matriculado
- Valores das Bolsas:

- Especialização: 50% (cinquenta por cento) do valor da bolsa de mestrado estabelecido pelo CNPq, vigente no mês de dezembro do ano anterior;
- Mestrado: o valor da bolsa estabelecido pelo CNPq vigente no mês de dezembro do ano anterior;
- Doutorado: o valor da bolsa estabelecido pelo CNPq vigente no mês de dezembro do ano anterior.

c) PROUNI

O PROUNI - Programa Universidade Para Todos – é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal para oferecer Bolsas de Estudo integrais e parciais em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Este programa é destinado a brasileiros economicamente carentes que não sejam graduados em nível superior.

O credenciamento das Faculdades de Tecnologia Senac/SC junto ao PROUNI se dá por meio da emissão do Termo de Adesão, que habilita a Faculdade a oferecer bolsas de estudo integrais e parciais.

Só pode se candidatar ao ProUni, o estudante que tiver participado do último Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, obtido a nota mínima de 45 pontos (média aritmética entre as provas de redação e conhecimentos gerais) e atenda os requisitos estabelecidos pelo Ministério da Educação.

d) FIES

O FIES – Programa de Financiamento Estudantil é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. O FIES, operacionalizado pela CEF – Caixa Econômica Federal - tem a finalidade de proporcionar aos seus alunos apoio financeiro para o pagamento das mensalidades escolares, ampliando as condições de acesso à educação de nível superior.

Depois de formado, a Caixa Econômica estabelece um prazo de um ano de carência, e somente após este período o acadêmico começa a pagar o saldo devedor.

6.3 Estímulos à Permanência - Programa de Nivelamento e Atendimento Psicopedagógico

Os estímulos à permanência dos alunos estão focados no atendimento psicopedagógico e nos programas de nivelamento, conforme segue:

a) Atendimento psicopedagógico

A vida acadêmica, o retorno aos estudos e a mudança de foco profissional pode, para alguns alunos, fragilizar o equilíbrio emocional e a estrutura pessoal, familiar e profissional, colocando dúvidas e questionamentos relacionados aos docentes e colegas e apresentando dificuldades de aprendizagem. Essas dúvidas podem estar relacionadas com a escolha do curso, com as mudanças do momento, com o futuro, com as motivações pessoais, ansiedades e medos, que podem dificultar o dia-a-dia do estudante no processo de construção do conhecimento.

A política de atendimento psicopedagógico ao aluno na Faculdade de Tecnologia Senac, visa facilitar as relações estabeleceidas mo ambiente acadêmico, por meio de habilidaades importantes para um bom relacionamento.

Carkhuff(1977), apud Almeida (2004,p.40) propõe habilidades importantes para um bom relacionamento:

- Atender: mostrar, por formas verbais e não-verbais a disponibilidade e o interesse pelo outro.
- Responder: comunicar, verbal ou corporalmente, a sua compreensão pelos sentimentos e idéias do outro.
- Personalizar: mostrar sua parcela de responsabilidade no problema que o outro está enfrentando.
- Orientar: avaliar com o parceiro da relação, as alternativas de ação possíveis para facilitar a escolha de uma delas.

Seguindo a política institucional de acessibilidade, o pedagogo acolhe o aluno, ouve seus anseios, reivindicações, dificuldades, e juntamente com o coordenador do curso, os docentes envolvidos e possíveis interessados procura encontrar soluções para as dicifuldades apresentadas. Caso essas dificuldades excedam as dificuldades referentes ao processo de ensino-aprendizagem os acadêmicos serão orientados a procurarem um serviço especializado.

b) Programa de nivelamento

O Programa de nivelamento é definido no Projeto Pedagógico do Curso e suas ações são previstas desde a concepção do PPC até a execução e monitoramento do Processo Ensino-Aprendizagem. A matriz curricular é construída em eixos temáticos, disponibilizando as disciplinas de modo que o conteúdo de uma pode ser imprescindível à aprendizagem de outra. Assim, visando uma melhor compreensão e apreensão dos conteúdos das disciplinas na formação do perfil profissional de conclusão o Núcleo Docente Estruturante define, no PPC, as recomendações para melhor desempenho do processo ensino-aprendizagem e o coordenador do curso orienta os alunos a efetuar suas matrículas conforme as recomendações estabelecidas no documento.

Algumas atividades de nivelamento deverão ser oferecidas preferencialmente no primeiro semestre do curso, em horários a serem definidos junto a cada turma, não comprometendo o horário normal das aulas. Outras, entretanto, poderão ser definidos após a avaliação diagnóstica inicial (PERRENOUD, 1999; HADJI, 2000) realizada pelos docentes das respectivas disciplinas em cada nova turma.

Os conteúdos das atividades de nivelamento devem ter como principal objetivo sanar a carência de presença de conteúdos para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

6.4 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

A Faculdade de Tecnologia Senac possui área comum de lazer, onde os alunos e o corpo docente dispõem de lanchonete e instalações para convívio nos espaços livres.

Será incentivado a criação do diretório acadêmico composto, preferencialmente, somente por alunos.

Os programas, projetos e atividades de integração e aproximação institucional serão definidos pelos próprios estudantes que contarão com o apoio dos dirigentes da Faculdade de Tecnologia Senac.

6.5 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A Faculdade tem como base as orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), principalmente aquelas descritas no Roteiro de Auto-Avaliação Institucional:

> Existem mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética? Quais são?
> Qual a situação dos egressos? Qual o índice de ocupação entre eles? Há relação entre a ocupação e a formação profissional recebida?
> Existem mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da instituição? Quais?
> É utilizada a opinião dos empregadores dos egressos para revisar o plano e os programas? Como é feita?
> Existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos? Quais?
> Há participação dos egressos na vida da instituição? Como?
> Que tipos de atividades desenvolvem os egressos? Que contribuições sociais têm trazido? (INEP, 2004, p. 30).

Em função disso a política de acompanhamento de egressos da faculdade visa:

a) Pesquisa simplificada, a ser feita por amostragem, procurando identificar as contribuições do curso em relação ao exposto no Quadro 5.

Total alunos	Resultados
	Contribuiu fornecendo ferramentas para aplicação na atividade profissional
	Contribuiu para mudar cargo na sua atividade profissional.
	Contribuiu para aumentar faixa salarial.
	Contribuiu para realizar outras atividades profissionais.
	Está aplicando as ferramentas de gestão apreendidas no curso no seu trabalho
	Outras contribuições (citar).

Quadro 5 – Aspectos a serem avaliados junto aos egressos.

Os resultados das pesquisas serão encaminhados ao Núcleo Docente Estruturante – NDE, para serem considerados na ocasião da revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC's . Alguns egressos poderão ser convidados para uma discussão detalhada, colaborando para a atualização e readequação das matrizes curriculares dos cursos.

b) Relato de experiências de alunos egressos, por meio da sua participação em seminários realizados nos últimos semestres dos cursos, onde ex-alunos realizarão palestras enfatizando a contribuição do curso na sua vida profissional.

c) Encontro de ex-alunos, em workshops, promovidos pela faculdade, que têm como objetivo ouvir depoimentos de alunos egressos e seus empregadores, enfocando as contribuições do curso para o profissional e para a empresa. O encontro contará também com atividades de integração e de entretenimento.

7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A organização do trabalho está estruturada no modelo hierárquico que delimita responsabilidades por área funcional e dentro dessas por setor. Essa estrutura tem por objetivo articular o fluxo de processos entre as áreas e dessa forma contribuir para o desenvolvimento coordenado de suas atividades e por extensão, na conquista das metas organizacionais.

O modelo hierárquico horizontalizado do Senac/SC que apresenta no Departamento Regional apenas 02 (dois) níveis entre o topo da hierarquia (presidência) e sua base (nível operacional), tem nas suas Unidades Operativas a inclusão de 01 (um) nível adicional que facilita a organização do fluxo operacional, uma vez que espelha de forma sintética a estrutura organizacional dos órgãos diretivos e normativos de nível estadual. Na Figura 2 é possível visualizar a equivalência dos níveis hierárquicos entre o Departamento Regional e as Unidades Operativas.

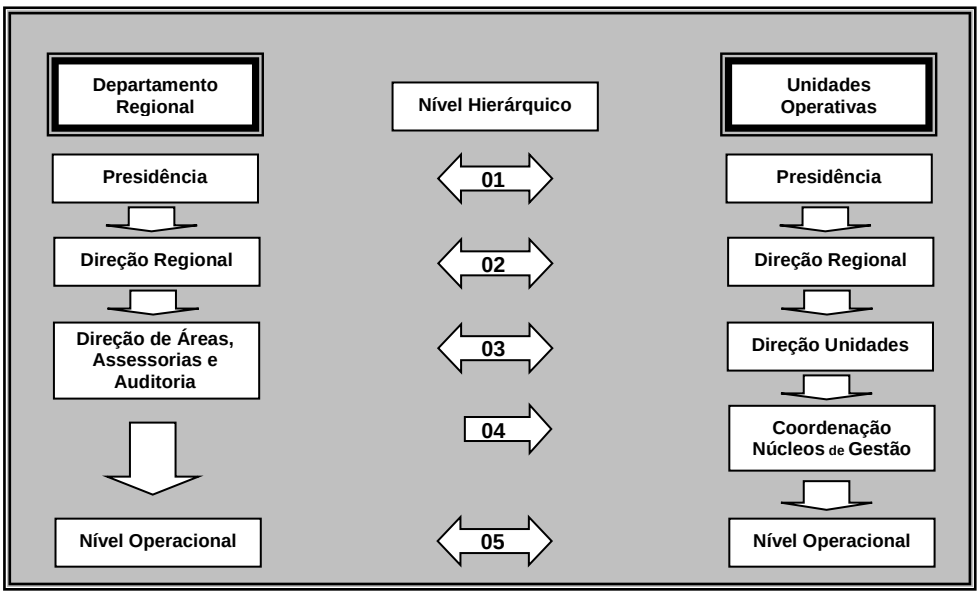

Figura 2- Equivalência dos níveis hierárquicos do Senac/SC

No Departamento Regional as divisões Administrativa, de Administarção de Recursos Humanos, Financeira, Educação Profissional e Relações com o Mercado, compõem as 05 (cinco) estruturas organizacionais, tidas como órgãos normativos e, por conta disso, determinam processos, cumprem e fazem cumprir, na esfera de sua competência, os regulamentos, políticas e normas internas em vigor.

Nas Unidades Operativas esses órgãos normativos são espelhados na estrutura dos Núcleos de Gestão – NG, que executam no nível operacional as determinações normativas definidas no Departamento Regional. Mesmo acatando determinações do DR, os NG não estão subordinados hierarquicamente às divisões do DR, mas sim ao Diretor da UO. Não havendo subordinação hierárquica os NG têm, entretanto, subordinação funcional para com as divisões, uma vez que não possuem autonomia para determinar processos no âmbito da UO que sejam diferentes aos já definidos pelo DR. Conforme é observado no Quadro 6, os NG absorvem responsabilidades dependendo do tipo de UO a que estão vinculados.

Divisões do Departamento Regional	Núcleos de Gestão das Unidades Operativas								
	Faculdades				CEPs			CE	
	NAF	NEB	NES	NRM	NAF	NE	NRM	NAF	NE
Administrativa	★				★			★	
Administração de Pessoal	★				★			★	
Financeira	★				★			★	
Educação Profissional		★	★			★			★
Relações com o Mercado				★			★	★	

Quadro 6 - Subordinação funcional dos Núcleos de Gestão

O desenho organizacional da Administração Regional e das Unidades Operativas está formalizado pelos seus respectivos Regimentos. Esse documento normativo é revisado sempre que há necessidade de alteração, fruto de necessidades diagnosticadas pela dinâmica de processos, novos projetos, entre outros.

O texto regimental, disponível a todos os colaboradores na intranet, ainda estabelece o grau de autonomia dos diversos níveis, uma vez que define poderes e responsabilidades de cada órgão da estrutura. De forma sintética apresentam-se assim as responsabilidades dos órgãos:

A Direção Regional tem seus limites de competência estabelecidos e responde principalmente por: a) representar a Administração Regional quando necessário; b) movimentar o pessoal do Departamento Regional, propondo a designação de empregados para cargos de confiança, ouvindo os Diretores de Divisões e Assessoria Técnica; c) nomear grupos de trabalho; entre outras.

As Assessorias Técnicas são órgãos de assessoramento e apoio à Direção Regional, e são constituídas pelas Assessorias Jurídica, Educacional, Empresarial e de Recursos Humanos.

A Auditoria é órgão constituído para auditar a qualquer tempo o Departamento Regional, a fim de efetuar estudo e análise dos fatores passados, mediante levantamento de dados históricos, relatando problemas existentes e correções a serem efetuadas.

A Divisão Administrativa, Financeira, Educação Profissional, de Pessoal e Relações com o Mercado têm a responsabilidade de orientar e manter intercâmbio com as Unidades Operativas, visando à integração e uniformização das atividades.

As Unidades Operativas são constituídas por Faculdades de Tecnologia, CEP - Centros de Educação Profissional e CE - Centros Especializados, subordinados à Direção Regional, supervisionados pelas Divisões da Administração Regional e auditadas pela Auditoria Interna. São dirigidos por diretores, sendo órgãos de execução de planejamento preestabelecidos pela Administração Regional.

Também são formadas comissões e equipes de trabalho a fim de delegar funções e tornar flexível e ágil as necessidades operacionais e estratégicas. A formação desses grupos é definida pelo tipo de necessidade apresentada e composta por colaboradores que possuem afinidade com o tema, independente de seu nível hierárquico. Os principais grupos de trabalho são os apresentados no Quadro 7 .

Grupo	Função	Composição	Equivalência Autonomia por Nível Hierárquico
Comitê Gestor do Movimento de Excelência de Gestão do Senac	Desenvolver a cultura da excelência e implantação do modelo de gestão.	Representantes de todo a AR.	03 – concebe projetos e práticas para implementação pelas áreas.
Equipe de Desenvolvimento do BSC	Discute e propõe ações e indicadores.	Representantes das áreas do DR.	05 – concebe ações para avaliação da Equipe de Líderes.
Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo	Avaliação, seleção e eliminação de documentos.	Todas as áreas do DR	01 – define a práticas e implementa a ação
Comissão Permanente de Licitação e Compras	Atender aos pedidos de compras, dando o provimento adequado às normativas próprias.	Colaboradores do DR.	03 – confere aos fornecedores a autorização de prestação de serviço ou venda de produtos.
Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA	Prevenir acidentes de trabalho, promovendo condições para melhorar a qualidade de vida dos colaboradores	Representantes de todas as UO e DR	03 – define a práticas e implementa a ação
Comissão Estadual de Criação de Cursos	Delibera sobre a oferta dos cursos.	Diretores do DR (DRM, DA, DAP, DF, DEP e ATE) representantes da equipe da divisão de educação profissional	01 – delibera sobre a abertura ou não do curso, a partir das normativas das áreas do DR.
Comissão Própria de Avaliação	Coordena e orienta a auto-avaliação – Art.11 da Lei 10861/04	Representantes dos alunos, corpo docente, equipe	01 – define e aplica os instrumentos de avaliação e acompanha o plano de melhorias.

		técnico/administrativo e sociedade civil organizada.	
Comissão Permanente do Processo Seletivos dos Cursos de Graduação	Define e orienta o procedimento de vestibular	Representante das Faculdades e do DR.	01 – define e aplica os instrumentos.
Fórum Regional de Gestores	Fortalecer as ações de planejamento, execução e acompanhamento coletivo/regional, por meio do Planejamento Tático Regional e PTO das UO.	Todos os Diretores das UO por região e um representante do DR.	03 – benchmarking interno com definição do planejamento regional.
Fórum Estadual de Gestores	Fortalecer as ações de planejamento, execução e acompanhamento coletivo/regional, por meio do Planejamento.	Representantes dos Fóruns Regionais e Diretores do DR.	03 – delibera a implantação de projetos e a aplicação de práticas estaduais.
Comissões de avaliação das bolsas de estudos do Art 170. Comissão Técnica Comissão de Fiscalização.	Define e orienta os procedimentos de avaliação e concessão cfe. Legislação do Ensino Superior	Representante das Faculdades e do DR.	01 –Técnica - responsável pela análise sócio-econômica e pelo processo de seleção 02 – Fiscalizadora - responsável pela fiscalização do processo de seleção e concessão de bolsas

Quadro 7 – Grupos de trabalho

Os principais fóruns decisórios são apresentados no Quadro 8.

Fóruns decisórios	Responsável	Tipo de decisões	Desde
Reuniões do Conselho Nacional	Presidente do Conselho	Análise e aprovação do relatório geral do Senac. Com jurisdição em todo país, possui poder de inspecionar e intervir, correcionalmente na Administração Regional/Mantenedora. Pode determinar intervenção através do parecer de análise do Conselho Fiscal.	1946
Reuniões do Conselho Fiscal	Presidente do Conselho	Auditorias, visando acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária, tanto da Administração Regional/Mantenedora, analisadas mensalmente através dos balancetes e anualmente através de visitas de auditoria.	1946

Reuniões do Conselho Regional	Presidente do Conselho	Analisa o balancete da Administração Regional/Mantenedora para sua aprovação, aprova o planejamento anual e seu orçamento, os contratos e convênios. Examina, anualmente, o inventário de bens.	1946
Seminário de Planejamento Estratégico	Coordenado pelo Setor de planejamento	Define e aprova as estratégias e principais projetos do Senac-SC.	1985
Reunião Regional de Diretores de Unidades Operativas	Os Diretores das Unidades Operativas da região específica	Analisam e emitem parecer e elaboram plano de ação sobre assuntos considerados estratégicos em âmbito regional	1989
Reuniões do Conselho de Cursos	Presidente do Conselho e Diretor da Faculdade	Julga, como última instância, os recursos interpostos de decisões em matéria didático-científica e disciplinar das Mantidas.	2002
Reuniões do Conselho Superior	Presidente do Conselho e Diretor da Faculdade	Avalia e aprova projetos acadêmicos com a comunidade profissional. Avalia a pesquisa institucional realizada nas Mantidas e as pesquisas de Avaliação Docente, através dos seus núcleos educacionais.	2002
Reuniões do Comissão Própria de Avaliação	Presidente da Comissão e Diretor da Faculdade	Propõe diretrizes, avalia e interpreta o resultado da Avaliação Institucional realizadas nas Faculdades.	2005
Reunião de Diretores da Administração Regional/Mantenedora	Diretor da Administração Regional/Mantenedora.	Analisam e emitem parecer e elaboram plano de ação sobre assuntos considerados estratégicos no âmbito da Administração Regional/Mantenedora.	2006

Quadro 8 – Fóruns decisórios

7.2 ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

a) Organograma da Mantenedora

O organograma funcional da Administração Regional do Senac em Santa Catarina apresenta-se conforme apresentado na Figura 3.

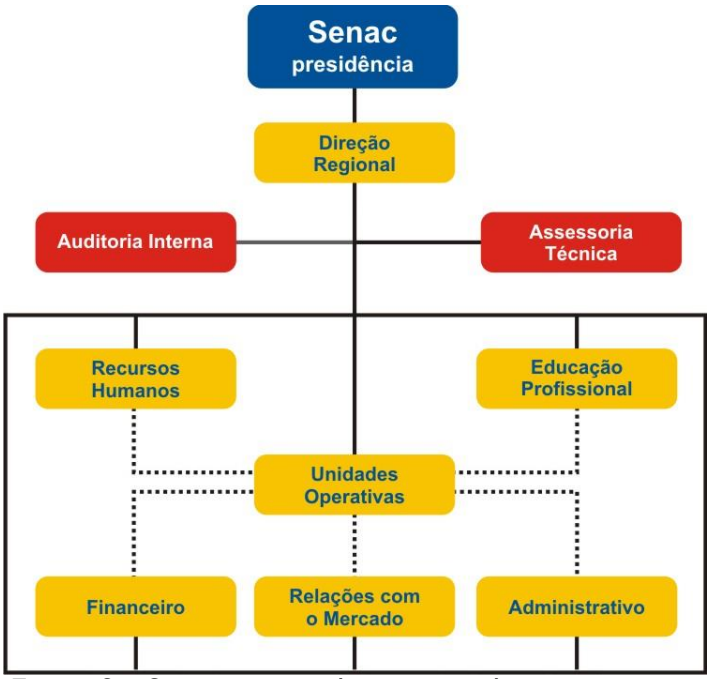

Figura 3 – Organograma da mantenedora

b) Organograma das Faculdades Senac

Na Faculdade de Tecnologia o organograma funcional apresenta-se conforme apresentado na Figura 4.

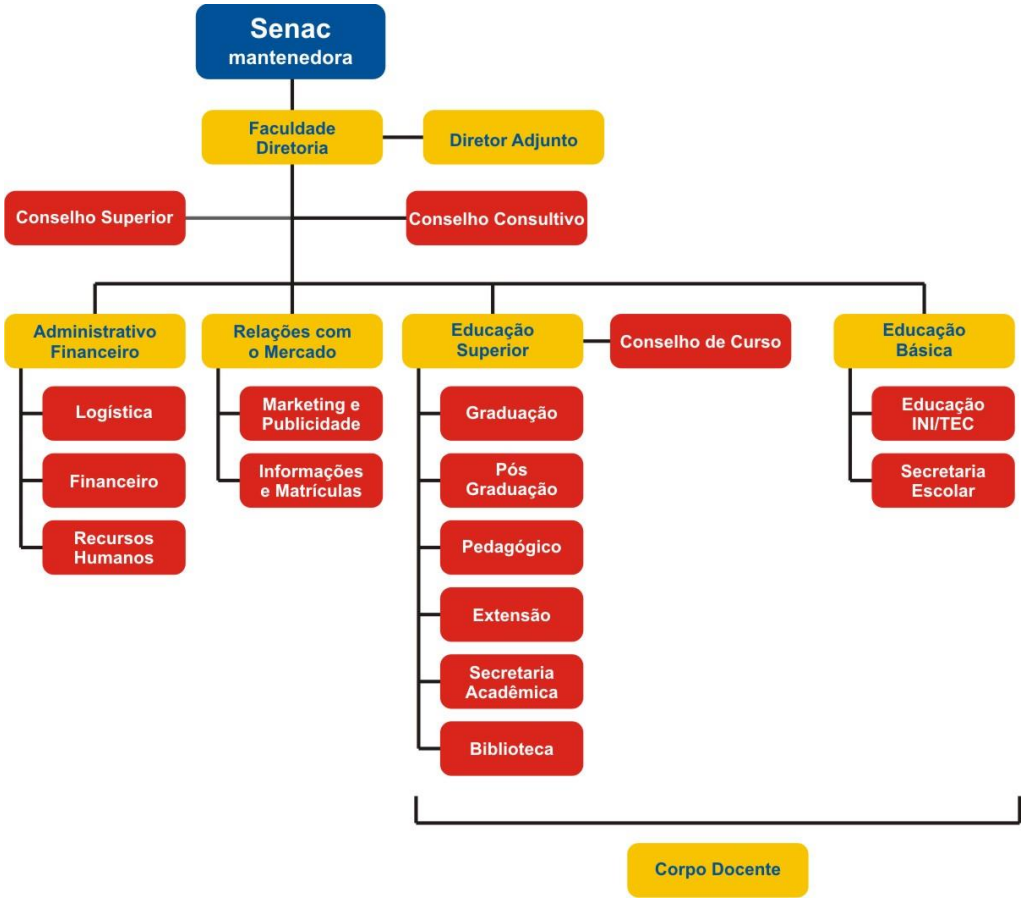

Figura 4 – Organograma da mantida

As Faculdades de Tecnologia Senac regem-se pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Departamento Regional em Santa Catarina, pela legislação federal pertinente, pelo Regulamento do Senac, aprovado pelo Decreto Nº. 61.843, D.O.U. de 11 de dezembro de 1967 e por Regimento aprovado pelo Conselho Regional do Senac.

7.3 - ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO

O principal mecanismo de interação e comprometimento do Senac-SC com a comunidade acadêmica é a institucionalização de seus órgãos de colegiado, permitindo que as decisões sejam tomadas, comunicadas e implementadas, de forma a atender as suas necessidades. Abaixo segue a composição dos conselhos e a participação da sociedade, dos docentes e dos alunos como seus integrantes.

- **Conselho Superior**

  Este conselho é constituído:

- pelo Diretor da Faculdade, seu presidente;
- pelos Coordenadores de Núcleo;
- por dois representantes da Entidade Mantenedora;
- pela(o) Secretaria(o) Acadêmica(o);
- por um representante da Comunidade;
- por um representante dos Coordenadores de Curso;
- por um representante estudantil.

São competências do Conselho Superior:

a) Apreciar o Regimento da Faculdade, bem como suas eventuais alterações, submetendo-o a Mantenedora.

b) Apreciar os planos de atividades da Faculdade.

c) Homologar as decisões dos Conselhos de Cursos relativas à estrutura curricular, atividades de extensão e pesquisa, criação de cursos de nível superior.

d) Zelar pela qualidade dos procedimentos de ensino, pesquisa e difusão da produção acadêmica da Faculdade.

e) Acompanhar a implantação e desenvolvimento das Políticas Pedagógicas Institucionais.

f) Acompanhar as diretrizes e políticas de desenvolvimento do corpo técnico e docente da Faculdade.

g) Viabilizar espaços para publicação das produções relativas à área, elaboradas pelo corpo docente e discente.

h) Discutir, nos limites de sua competência, os casos omissos neste Regimento e as dúvidas que surgirem de sua aplicação.

i) Julgar, como última instância, os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar.

j) Sugerir medidas que visem o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das atividades da Faculdade, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor da Faculdade.

k) Julgar sobre a concessão de dignidades acadêmicas.

l) Estabelecer diretrizes e acompanhar a execução e os resultados do sistema de ingresso de alunos aos cursos da Faculdade.

m) Propor à Entidade Mantenedora a celebração de acordos e convênios com entidades nacionais e estrangeiras, e homologá-los quando forem por ela autorizados.

n) Analisar os resultados do relatório da auto avaliação (CPA) aprovando o plano de ação proposta pela Faculdade.

o) Exercer as demais atribuições previstas em Lei e neste Regimento.

- **Conselho de Cursos**

  Este conselho é constituído:
  - pelo Coordenador do Núcleo de Educação Superior, seu presidente;
  - pelos Coordenadores de Curso;
  - pelo Secretário Acadêmico;
  - por um representante do corpo docente;
  - por um representante do corpo discente.

São competências do Conselho de Cursos:

a) Analisar a proposta pedagógica dos cursos, submetendo-a a apreciação do Conselho Superior.

b) Acompanhar o desenvolvimento e avaliação dos cursos.

c) Apreciar o calendário acadêmico de sua competência, submetendo-o a aprovação do Conselho Superior.

d) Propor alterações no currículo dos cursos, submetendo-as à apreciação e aprovação do Conselho Superior.

e) Aprovar as diretrizes dos estágios curriculares.

f) Avaliar e aprovar projetos acadêmicos com a comunidade profissional e local.

g) Interagir com o mercado de trabalho, procurando adequar os cursos à sua necessidade e expectativa.

h) Acatar e avaliar, como segunda instância de recurso, os requerimentos do corpo docente e discente, vinculados às questões educacionais.

7.4 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Os principais órgãos de apoio acadêmico são os Núcleos de Gestão: Núcleo Administrativo Financeiro; Núcleo de Relações com o Mercado; Núcleo de Educação Superior; Núcleo de Educação Básica.

As atribuições destes órgãos são explicitadas no Regimento Interno e a sua posição formal na estrutura hierárquica está definida no Organograma e da Mantenedora e da Mantida.

Os setores que integrados em cada núcleo de gestão são apresentados no Quadro 9.

Núcleos de Gestão	Setores
Núcleo Administrativo Financeiro	Recursos Humanos; Financeiro e Logística.
Núcleo de Relações com o Mercado	Marketing e Publicidade, Informações e Matrícula
Núcleo de Educação Superior	Coordenadores de Cursos Superiores de tecnologia, Coordenação de Pós-Graduação, Pedagógico, Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Quadro de Docentes.
Núcleo de Educação Básica	Educação Técnica de Nível Médio, Educação Inicial e Continuada, Secretaria Escolar

Quadro 9 – Núcleos de gestão e seus respectivos setores

7.5 - AUTONOMIA DAS FACULDADES EM RELAÇÃO À MANTENEDORA

Embora sujeito às diretrizes e normas gerais prescritas pelos órgãos nacionais, bem como à correção e fiscalização inerentes a estes, o Senac-SC é autônomo no que se refere à administração de seus serviços, à gestão dos seus recursos, ao regime de trabalho e às relações empregatícias. As Faculdades, os Centros de Educação Profissional e os Centros Especializados possuem autonomia administrativa orientada e limitada por um regimento interno.

Compete à Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento das atividades da Faculdade, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ele cedidos, e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio.

A Entidade Mantenedora reserva-se o direito à administração orçamentária e financeira da Faculdade, podendo delegá-la, no todo ou em parte, ao seu gestor. Dependem de aprovação da Entidade Mantenedora as decisões dos órgãos colegiados que importem em impacto na filosofia educacional, procedimentos técnico-administrativos e nas metas educacionais, econômicas e financeiras.

Os bens alocados na Faculdade serão tombados e controlados pela Mantenedora, e sua conservação ficará sob a responsabilidade da administração da própria Faculdade. As receitas próprias da Faculdade, oriundas de cobrança de taxas, mensalidades, convênios entre outros, serão incorporadas ao orçamento geral da Mantenedora.

A Mantenedora é responsável perante as autoridades públicas e o público em geral pela mantida, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento, respeitando os limites da lei e deste regimento, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e consultivos.

Outrossim, dependem de aprovação da Mantenedora as decisões dos órgãos colegiados que importem em aumento de despesas e distorção da filosofia educacional.

7.6 - RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

Com o objetivo de manter as atividades vinculadas ao mundo do trabalho, respeitando as causas sociais e as políticas públicas, as Faculdades poderão realizar parcerias com empresas, instituições e órgãos governamentais subsidiando ações educacionais de docentes e discentes.

As finalidades dessas parcerias devem estar relacionadas com as oportunidades de aprendizagem, de conhecimento e práticas interdisciplinares que proporcionam aos docentes e discentes o contato com experiências significativas para a sua formação.

O monitoramento e avaliação dessas parcerias, termos de compromisso, ou acordo de cooperação técnica, termos aditivos ou similares, será consolidado pela Faculdade nos aspectos de eficiência e eficácia e cabendo à Mantenedora os aspectos legais e de continuidade. As parcerias serão formalizadas por documentos que definam seus objetos e finalidades, responsabilidades das partes interessadas, firmadas e assinadas pela Mantenedora. A Administração Regional do Senac-SC firmará documento formal de convênio quando as cláusulas indicarem uso de recursos físicos, financeiros e humanos da Mantenedora e/ou Mantida.

A relação abaixo apresenta os principais parceiros do Senac-SC:

- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.
- FGV – Fundação Getúlio Vargas.
- UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina.
- UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí.
- PUC – PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
- SESC – Serviço Social do Comércio.
- Prefeituras Municipais.
- Governo Federal e Estadual.
- CDL – Câmara dos Diretores Lojistas.
- Associações Comerciais.
- CISCO.
- Furukawa.
- Microsoft CPLS e It Academy.

8 AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

8.1 - METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO

Respeitando as características de cada faculdade, a Direção Regional do Senac/SC - mantenedora, representada pela Direção de Educação Profissional, no seu Setor de Educação Superior (DEP/SES), juntamente com as coordenações do Núcleo de Educação Superior das Faculdades de Tecnologia Senac, normatizou os procedimentos e atuação da CPA como forma de:

a) Estabelecer uma base comum para sistematização de informações das faculdades SENAC no estado de Santa Catarina.

b) Ter um documento norteador (Regulamento) para acompanhar e auxiliar os trabalhos das CPAs de cada instituição.

c) Definir critérios mínimos de qualidade da execução dos trabalhos da CPA.

Assim, a Direção Regional do Senac/SC, entende que a constituição da Comissão Própria de Auto-Avaliação (CPA) das Faculdades Senac/SC deve ser feita de forma autônoma em cada unidade, cabendo à Administração Regional, na sua função de mantenedora:

a) Definir um membro representante da mantenedora para participar da CPA de cada faculdade.
b) Criar as portarias que definem os membros da CPA de cada faculdade, com base em indicação das mesmas.
c) Definir o procedimento metodológico dos trabalhos da CPA, como forma de orientação na execução dos trabalhos, ficando a cargo das faculdades a melhor forma de operacionalizar seus trabalhos, tais como definição de cronograma de trabalho, melhor forma de elaboração dos relatórios, aplicação dos instrumentos de coleta de dados, entre outros.

Em consonância com os preceitos do SINAES, instituído pela Lei n.º 10.861 de 14 de abril de 2004, a Faculdade de Tecnologia SENAC busca, por meio de sua CPA, os indícios para melhorar a qualidade da educação superior, a partir de pesquisas e

relatos dos seus corpos docente, técnico, discente, egressos e sociedade civil organizada.

A autoavaliação é construída em uma perspectiva de um processo capaz de aprofundar a responsabilidade e o compromisso que cada um tem ao avaliar, pautado em Paulo Freire, que afirma que a avaliação nunca é neutra. O macro processo pode ser assim representado:

a) Apresentação das diretrizes para as Faculdades.
b) Análise documental pelos membros da CPA.
c) Acompanhamento das propostas de melhorias definidas no Relatório de Auto-Avaliação Institucional do ano anterior.
d) Divulgação/sensibilização permanente para a comunidade acadêmica sobre a gestão e organização da IES.
e) Definição e/ou reestruturação do questionário de Auto-Avaliação Institucional.
f) Aplicação e análise dos questionários.
g) Entrevistas com a comunidade.
h) Elaboração do Relatório de Auto-Avaliação Institucional, tendo como base a análise documental e os resultados dos questionários.
i) Elaboração do Plano de Melhorias para o ano seguinte, bem como a programação orçamentária para a implantação das melhorias.
j) Divulgação dos resultados e das propostas de melhoria para a comunidade acadêmica.

Os documentos, sejam do governo ou do Senac/SC, nos quais as CPAs devem se pautar para legitimar seus trabalhos, são:

- A Legislação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP):
- Lei nº. 10.861 de 14 de abril de 2004.
- Demais leis e portarias que vierem a ser decretadas normatizando/regulando a Avaliação Institucional Interna (também conhecida como Auto-Avaliação Institucional).
- O Roteiro da auto-avaliação institucional: Orientações gerais (INEP, 2004);
- O Regulamento de Auto-Avaliação Institucional do Senac/SC;
- As portarias do Senac/SC que designam os membros de cada CPA;

Para realização dos trabalhos e composição do Relatório Anual da Auto-Avaliação Institucional, a CPA deve levar em consideração:

- Coleta de dados através de pareceres avaliativos na comunidade interna.
- Levantamento de dados através de análise documental.

A coleta de dados na comunidade interna é realizada com todos os segmentos da Instituição: Docentes, discentes, egressos, corpo-técnico administrativo, incluídos os coordenadores de curso, coordenador de núcleo, diretor(a) e representantes da sociedade civil. A coleta deve, necessariamente, utilizar os seguintes instrumentos:

Questionários.

Entrevistas individuais com:

- Representante dos docentes, para cada curso, escolhido aleatoriamente (por sorteio) pela Mantenedora.
- Coordenador de curso.
- Coordenador de núcleo da Educação Superior.
- Diretor(a).

Grupos focais com:

- Representantes dos alunos para cada turma da faculdade.
- Coordenador de curso.
- Docentes de cada curso.
- Representantes da sociedade civil.
- Representantes do corpo técnico-administrativo.

O instrumento para coleta dos dados constitui-se de um questionário disponibilizado online com uma série ordenada de critérios a serem avaliados. É de responsabilidade da mantenedora, por meio do Setor de Educação Superior, o cadastro do formulário eletrônico e cabe à CPA a responsabilidade pelo cadastro de cada pesquisa (com base no formulário cadastrado pela mantenedora) e por gerar os relatórios.

A aplicação do questionário deve precedida de instruções fornecidas pelos membros da CPA. As instruções devem esclarecer o propósito da aplicação da pesquisa, ressaltar a importância da colaboração da comunidade acadêmica no processo e, ainda, orientar e facilitar o preenchimento do questionário. O levantamento de dados pela análise documental fornece condições para um questionamento crítico que leve em conta o verdadeiro conhecimento da Instituição, de suas potencialidades e fragilidades. Assim, a CPA utiliza, além da coleta de dados com a comunidade interna, os documentos institucionais abaixo:

- PDI da faculdade.
- PPI da faculdade.
- Projetos Pedagógicos de curso.
- O regimento interno.
- O regulamento dos cursos superiores de tecnologia Senac/SC.
- O regulamento da pós-graduação Senac/SC.
- Manuais de procedimentos:
- Padrões de Qualidade Faculdades Senac/SC: Cursos Superiores de Tecnologia.
- Normativas da graduação.
- Normativas da pós-graduação.
- Manuais:
- Manual do docente da graduação.
- Manual do docente da pós-graduação.
- Manual do coordenador da graduação.
- Manual do coordenador da pós-graduação.
- Manual do aluno.
- Orientações sobre o Trabalho de Concluso do Último Semestre dos Cursos Superiores de Tecnologia.
- Manual do Projeto Integrador (Pós-graduação).
- Outros documentos institucionais que a CPA julgar relevante para a elaboração do Relatório Anual.

8.2 A INCORPORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE MELHORIAS NO PLANEJAMENTO DA FACULDADE

Ao final do período/ano letivo, a mantenedora realiza uma análise global dos resultados da autoavaliação de todas as faculdades, que fornecem subsídios para o planejamento de melhorias em âmbito estadual que são inseridas no Planejamento Anual do Setor de Educação Superior integrado à mantenedora e que serão implementadas no próximo período.

Na faculdade, a aplicação do questionário, de periodicidade anual é realizado antes da elaboração do Plano Tático Operacional (PTO) da instituição, permitindo assim que as propostas de melhorias sejam incorporadas no orçamento no próximo período.

8.3 AS DIMENSÕES DA AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Qualquer processo avaliativo deve se basear em uma lógica questionadora, pois o questionamento é que dá base de como e o quê avaliar. Dizer que algo está bom, ótimo, ruim, ou qualquer outro conceito que se venha a utilizar, deve ser sempre balizado por um indicador.

Pensando assim, entende-se que a avaliação deve seguir as dez dimensões propostas pelo SINAES, mas deve-se ter para cada uma das dimensões os indicadores e metas que nos darão um norte a seguir em cada dimensão.

O Quadro 10 apresenta as dimensões da auto-avaliação e os temas.

Dimensão (Núcleos Básicos Comuns)	Temas
1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	• Finalidades, objetivos e compromissos da IES, explicitadas em documentos oficiais • concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potemcialidades. • características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida. • articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.
2 – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de	• Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes

Dimensão (Núcleos Básicos Comuns)	Temas
operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades **A. ENSINO**	curriculares e a inovação da área. • Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento. • Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais. • Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.
B. PESQUISA	• Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções. • Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional. • Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica). • Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas. • Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.
C. EXTENSÃO	• Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI. • Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social. • Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.
D. PÓS-GRADUAÇÃO (*stricto* e *latu sensu*)	• Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. • Política de melhoria da qualidade da pós-graduação. • Integração entre graduação e pós-graduação • Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.
3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural	• Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional. • Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis. • Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc.

Dimensão (Núcleos Básicos Comuns)	Temas
4 – A comunicação com a sociedade	• Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa. • Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.
5 – As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão. • Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos. • Clima institucional, relações inter-pessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.
6 – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	• Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real. • Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados. • Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas. • Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções. • Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática). • Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis).
7 – Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	• Adequação da infra-estrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão. • Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins. • Utilização da infra-estrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras: empresa júnior, entre outros.
8 – Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional	• Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos. Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.
9 – Políticas de atendimento aos estudantes e egressos	• Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social. • Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), Iniciação Científica, Extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil. • Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre

Dimensão (Núcleos Básicos Comuns)	Temas
	ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas. **EGRESSOS** • Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada. • Inserção profissional dos egressos. • Participação dos egressos na vida da Instituição.
10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	• Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos. • Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Quadro 10 - As dimensões da auto-avaliação e os respectivos temas

8.4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA, INCLUINDO A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA, EM CONFORMIDADE COM O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES

A Comissão Própria de Avaliação - CPA, prevista no Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é órgão colegiado de natureza deliberativa e normativa, no âmbito dos aspectos avaliativos na área acadêmica e administrativa.

A CPA integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e terá atuação autônoma, no âmbito de sua competência legal, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes nesta Instituição.

A CPA é regida por Regulamento próprio e será constituída por ato do Diretor Regional e terá, pelo menos, a seguinte composição:

I. 01 (um) representante dos Docentes do ensino superior;
II. 01 (um) representante dos Coordenadores de cursos;
III. 01 (um) representante do Corpo técnico-administrativo;
IV. 01 (um) representante dos Discentes do ensino superior;
V. 01 (um) representante da Direção da Instituição;
VI. 01 (um) representante da Mantenedora da Instituição;
VII. 01 (um) representante da Sociedade Civil Organizada.

VIII. 01 (um) representante do Núcleo da Educação Superior.

A CPA tem por objetivo conduzir os processos internos de avaliação da Faculdade Senac/SC, sistematizá-los e prestar informações ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira - INEP, observadas as orientações gerais indicadas pelo SINAES. Deverá implementar a avaliação interna de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior-CONAES, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.
II. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, monitoria e demais modalidades.
III. A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
IV. A comunicação com a sociedade.
V. As políticas de pessoal, corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
VI. Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora.
VII. Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
VIII. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.
IX. Políticas de atendimento aos estudantes.
X. Organização Curricular e práticas pedagógicas, identificando o compromisso com os resultados da aprendizagem dos alunos, a partir do planejamento e avaliação.

Compete à CPA:

I. Implementar o processo de auto-avaliação da Faculdade de Tecnologia Senac , de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

II. Coordenar o processo de auto-avaliação da Faculdade de Tecnologia Senac a qual representa.

III. Acompanhar e supervisionar o desenvolvimento da atividades avaliativas.

IV. Sistematizar as informações relativas à auto-avaliação da Faculdade.

V. Assessorar e acompanhar os trabalhos das equipes de aplicação dos questionários.

VI. Prestar informações solicitadas pelo INEP, através do Pesquisador Institucional.

VII. Referendar os relatórios parcial e final e encaminhá-los aos órgãos competentes.

VIII. Deliberar sobre as providências necessárias ao pleno funcionamento e manutenção das atividades da CPA.

O Relatório conclusivo do processo da auto-avaliação (avaliação interna) e o Plano de Ação, propondo as melhorias, serão disponibilizados na Biblioteca Escolar para consulta da comunidade acadêmica, porém a Comissão Própria de Avaliação poderá propor outras formas de divulgação dos resultados, desde que aprovados pela maioria mais um dos seus membros .

9 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

9.1 TABELA XI - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

		Quantidade	Área (M²)	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Área de lazer/ambiente de convivência		01	35	35	175	175	175	175
Auditório		01	0	0	388	388	388	388
Banheiros	Bacias sanitárias	16		16	49	49	49	49
	Mictório	4		4	18	18	18	18
	Lavatório	8		8	51	51	51	51
Biblioteca		01	98,50	98,5	222,89	222,89	273,26	273,26
Instal. Administrativas		04	110,43	110,43	348,26	348,26	348,26	348,26
Laboratórios		03	88,16	88,16	411,42	411,42	411,42	411,42
Salas de aula		11	575,56	575,56	1.582,56	1.582,56	1.582,56	1.582,56
Salas de Coordenação		01	48,50	48,5	94,53	94,53	94,53	94,53
Salas de Docentes		02	12,95	12,95	54,85	54,85	54,85	54,85
Salas de Atendimento ao Discente		02	29,09	29,09	29,09	29,09	29,09	29,09
Outros Sala do diretório acadêmico		01	-	-	29,09	29,09	29,09	29,09

9.2 - INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA

9.2.1 – Tabela XII - Laboratórios de Informática

Equipamento	Especificação	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Computadores	Microcomputadores Pentium IV 3.0 GHz, 160 GB, 1.024 MB, Leitor e Gravador DVD, Placa de Vídeo 128MB, Internet. Sistema Operacional Windows XP Professional.	100	100	140	140	140	140
Impressoras		-	-	-	-	-	-
Projetores	Projetor multimídia modelo DS420 marca LG	12	15	18	32	32	33
Retroprojetores		-	-	-	-	-	-
Televisores		-	-	-	-	-	-
Outros		-	-	-	-	-	-

9.2.2 – Tabela XIII - Laboratórios específicos

Equipamento	Especificação	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Laboratório Específico Segurança do Trabalho							
Laboratório de Prevenção e combate a incêndio							
Extintores	Extintores de água	5	5	5	5	5	5
	Extintores de gás carbônico	5	5	5	5	5	5
	Extintores de pó químico seco	10	10	10	10	10	10
	Extintores de pó químico ABC	5	5	5	5	5	5
Magueiras e acessórios para	Mangueiras de 2 ½" de 15m	4	4	4	4	4	4

rede de hidrantes	Mangueiras de 1 ½”de 15m	4	4	4	4	4	4
	Derivante de 2 ½” para 1 ½”	1	1	1	1	1	1
	Esguichos reguláveis universais de 1 ½”	2	2	2	2	2	2
	Esguichos jato sólido de 1 ½”	2	2	2	2	2	2
Iluminação de Emergência	Bloco Autônomo	1	1	1	1	1	1
	Luminária de Emergência	1	1	1	1	1	1
Sistemas de Detecção	Detector de Calor	1	1	1	1	1	1
	Detector de Fumaça	1	1	1	1	1	1
	Detector de Chama	1	1	1	1	1	1
Laboratório de Segurança no Trabalho							
Luximetro	Luximetro	8	8	8	8	8	8
Decibelimetro	Decibelimetro	8	8	8	8	8	8
Medidor de Pressão Sonora	Dosimetro	6	6	6	6	6	6
Termômetro de Globo	Termômetro de Globo	4	4	4	4	4	4
Medidor Portátil de Vibração	Medidor Portátil de Vibração	2	2	2	2	2	2
Laboratório de Suporte a Vida							
Manequim	Manequim para ressuscitação cardiopulmonar PCR	1	1	1	1	1	1
Esqueleto	Esqueleto	1	1	1	1	1	1
Kits para primeiros socorros	Kits para primeiros socorros	5	5	5	5	5	5
Colchonete	Colchonete	1	1	1	1	1	1
Maca	Maca	1	1	1	1	1	1
Colar Cervical	Colar Cervical	1	1	1	1	1	1
Tábua de resgate	Tábua de Resgate	1	1	1	1	1	1
Esfignomanometros	Esfignomanometros	6	6	6	6	6	6
Estetescópios	Estetescópios	6	6	6	6	6	6
Laboratório Específico Gastronomia							
Microondas 42l;	Microondas 42l;	2	0	0	0	0	2

Fogão	Fogão 4 bocas de mesa sobre uma bancada (250x70x90) com armário e gaveteiros com chave na parte inferior e espelho superior sobre a bancada	6	0	0	0	0	6
Liquidificador	Liquidificador	3	0	0	0	0	3
Multiprocessador	Multiprocessador	3	0	0	0	0	3
Batedeira planetária;	Batedeira planetária	3	0	0	0	0	3
Balança 20kg	Balança 20kg com medida de 2g em 2g.	1	0	0	0	0	1
Bancada	Bancada com prateleira lisa inferior e gaveteiros suspensos (190x70x90) + Fogão 4 bocas com forno e sistema de exaustão (100x100x85)	10	0	0	0	0	10
Bancada	Bancada com 01 cuba (50x40x25) com prateleira inferior lisa (240x60x90)	10	0	0	0	0	10
Bancada	Bancada refrigerada com 3 portas + motor (250x70x90)	1	0	0	0	0	1
Espremedor de frutas	Espremedor de frutas inox 400ml	3	0	0	0	0	3
Forno	Forno combinado com estufa	2	0	0	0	0	2
Freezer	Freezer porta-cega 578 litros com prateleiras reguláveis	2	0	0	0	0	2
Geladeira	Geladeira	2	0	0	0	0	2
Utilidades	Utilidades diversas	Diversos	Diversos	Diversos	Diversos	Diversos	Diversos

9.2.3 Relação equipamento/aluno/curso

Os laboratórios de informática procurarão assegurar um mínimo de:

- 01 computador para cada 02 alunos,
- memória RAM que permite rodar os software estabelecidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

Quanto ao acesso dos alunos aos equipamentos de informática, visando oferecer condições para os alunos realizarem trabalhos escolares, a Faculdade procurará disponibilizar computadores com acesso à internet na proporção de:

- 01 terminal para até 15 alunos (contam-se os terminais da biblioteca, os laboratórios e/ou as salas de aula das turmas dos últimos semestres dos cursos superiores de tecnologia, desde que sejam disponibilizados aos alunos fora do horário de aula).

9.2.4 - Inovações tecnológicas significativas

A atualização tecnológica será realizada com base na:

- indicação de infra-estrutura e tecnologias contida nos programas das disciplinas de todos os cursos,
- indicações do Núcleo Docente Estruturante (NDE), por ocasião da revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

9.2.5 - Biblioteca

9.2.5.1 - Tabela XIV - Acervo por área do conhecimento

	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Livros	5.066	5.758	6.075	6.392	6.842	7.742
Revistas	31	31	35	35	35	40
Jornais	02	02	03	03	03	03
Obras de referência	51	55	60	65	70	75
DVDs / CD Rom´s	120	130	140	150	160	170

9.2.5.2 Formas de atualização e expansão do acervo

A política adotada para a atualização do acervo terá por base:

- a indicação bibliográfica contida nos programas das disciplinas de todos os cursos,
- o atendimento às solicitações de títulos encaminhados pelos docentes e discentes (avaliadas na sua importância pelos Coordenadores de Cursos e pela Bibliotecária),
- as indicações do Núcleo Docente Estruturante (NDE), por ocasião da revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

O Regulamento da Rede de Bibliotecas do Senac/SC , em seus Artigos 38 a 48, define os critérios da política de atualização do acervo em relação à duplicação de títulos, coleções especiais e obras raras, publicações que reflitam a pluralidade do pensamento e diversidade cultural, formas de aquisição, avaliação e conservação do acervo.

9.2.5.3 Horário de funcionamento

Segunda a sexta-feira: 8h – 12h e 13h – 22h30min
Sábado: 8h – 12h

9.2.5.4 Serviços oferecidos

Os serviços oferecidos contemplam a disponibilização de equipamentos de informática para acesso à internet, consultas aos periódicos e obras de referência, empréstimo de livros, orientação quanto às normas ABNT, disponibilização de equipamentos multimídia para exibição de vídeo, salas de estudos individual e em grupo e os serviços do Sistema Integrado de Bibliotecas PERGAMUM.

A Faculdade possui a Licença de uso do PERGAMUM - Sistema Integrado de Bibliotecas, sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas que contempla as principais funções de uma biblioteca, desde o processo de aquisição ao empréstimo, utilizando o formato MARC 21 como padrão para intercâmbio de informações bibliográficas.

O sistema permite a participação em uma rede compartilhada com 145 Instituições como Universidades, Faculdades, Centros de Ensino de 1º e 2º graus, assim como empresas, órgãos públicos e governamentais.

O usuário pode pesquisar e recuperar registros on-line de forma rápida e eficiente, agilizando o processo de catalogação em até 70%.

Dentre as inúmeras ferramentas que o sistema dispõe estão os acessos pela Internet, que possibilitam:

- Consulta ao catálogo: pesquisa por autor, título e assunto, pesquisa booleana, pesquisa por autoridades, material incorporado ao acervo, consulta às coleções de periódicos (*Kardex*).
- Cadastro de comentários e sugestões de aquisição.
- Consulta de material pendente, histórico de empréstimo, débitos, aquisições vinculadas à área de interesse (Disseminação Seletiva de Informação - DSI).
- Reserva.
- Renovação.
- Visualização de sumários.
- Solicitação de compra de materiais (apenas para pessoas autorizadas), acompanhamento do processo de aquisição pelo solicitante.
- Interação on-line com fornecedores no processo de licitação.

10 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

A Faculdade tem o compromisso de oferecer acessibilidade aos portadores de deficiências visuais, atendendo às exigências da lei 10.048 de 2000, bem como o Decreto 5.296 de 2004 e as Normas da ABNT que regulamentam as necessidades especiais.

As ações da Faculdade são pautadas na garantia de três direitos "educacionais" (HEGARTY, 1994):

1. Direito à educação;
2. direito à igualdade de oportunidades – direito de usufruir de oportunidades semelhantes às dos seus pares sem condições de deficiência;
3. o direito à participação social – direito de usufruir dos equipamentos e condições postos à disposição de toda a comunidade.

Entendendo acessibilidade como parte indissociável do conceito de cidadania, a Faculdade se auto-avalia continuamente para receber os usuários dos seus espaços, com a filosofia de acessibilidade como acolhimento, conforto e facilidades em todas as dependências de funcionamento dos seus cursos em todos os níveis de ensino, respeitando as diferenças, e se comprometendo assim com o efetivo acesso de pessoas com necessidades especiais visuais.

Essa acessibilidade deve estar prevista em todas as etapas do processo de acolhimento do aluno, desde o fornecimento das informações iniciais a respeito dos cursos disponíveis, na produção das provas do Processo Seletivo que dá o acesso ao Ensino Superior, até a adaptação de todo material didático e mídias necessários para que os acadêmicos portadores de deficiências visuais participem efetivamente do curso escolhido.

a) Serviços de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais

A Faculdade tem o compromisso de oferecer acessibilidade aos portadores de deficiências auditivas, atendendo às exigências da lei 10.048 de 2000, bem como o Decreto 5.296 de 2004 e as Normas da ABNT que regulamentam as necessidades especiais.

11 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA -

11.1 Planejamento econômico-financeiro (anexo modelo tabela XV)

RECEITAS					
	2010	2011	2012	2013	2014
Anuidades/Mensalidades	1.651.111	2.554.310	3.369.900	3.802.601	4.479.242
Taxas/Secretaria	8.256	12.772	16.850	19.013	22.396
Financeiras					
Serviços					
Diversos					
RECEITA BRUTA	1.659.367	2.567.082	3.386.750	3.821.614	4.501.638
Descontos	82.968	128.354	169.337	191.081	225.082
Bolsas	58.576	90.618	119.552	134.903	158.908
Inadimplência	116.156	179.696	237.072	267.513	315.115
TOTAL DESCONTOS	257.700	398.668	525.961	593.497	699.105
Receita Operacional	1.401.667	2.168.414	2.860.789	3.228.117	3.802.533
DESPESAS					
	2010	2011	2012	2013	2014
1.PESSOAL					
Docente	389.176	598.744	787.116	872.424	1.015.016
Técnicos e Administ.	288.324	443.584	583.141	646.342	751.982
Encargos	175.841	270.530	355.641	394.186	458.613
Sub-total	853.341	1.312.858	1.725.898	1.912.952	2.225.611
2.MANUTENÇÃO					
Consumo	235.777	362.741	476.864	528.546	614.934
Manutenção e conservação	111.115	170.949	224.732	249.088	289.801
Sub-total 2	346.892	533.690	701.596	777.635	904.735
3.INVESTIMENTO					
Mobilia	21.347	32.842	43.175	47.854	55.676
Reformas	13.684	21.053	27.676	30.676	35.690
Salas de aula	11.905	18.316	24.078	26.688	31.050
Laboratórios	23.947	36.843	48.434	53.683	62.457
Biblioteca	13.000	20.000	26.293	29.142	33.905
Acervo	12.726	19.579	25.739	28.529	33.191
Equip. informática	2.053	3.158	4.151	4.601	5.353
Computadores	5.337	8.211	10.794	11.964	13.919
Diversos	1.232	1.895	2.491	2.761	3.212
Sub-Total 3	105.231	161.897	212.831	235.898	274.453
4.OUTROS					
Treinamento	26.684	41.053	53.969	59.818	69.595
Pesquisa e Extensão	24.221	37.264	48.987	54.296	63.171
Eventos	12.042	18.527	24.355	26.995	31.407
Sub-total 4	62.947	96.844	127.311	141.109	164.173
TOTAL	1.368.411	2.105.289	2.767.636	3.067.593	3.568.972